

Aldo Cardoso

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DOS CORREIOS DE ALAGOAS



MACEIÓ - 2024

Aldo Cardoso

CONTRIBUIÇÃO
PARA A HISTÓRIA
DOS CORREIOS
DE ALAGOAS



Sumário

I - ORIGEM DOS CORREIOS.....	06
II - CORREIOS EM PORTUGAL E NO BRASIL ATÉ A INDEPENDÊNCIA DESTE	10
III - CORREIOS NO BRASIL IMPÉRIO ATÉ 1842	13
IV - OS PRIMEIROS SELOS POSTAIS	14
V - A REFORMA POSTAL BRASILEIRA DE 1842	18
VI - OS OLHOS DE BOI.....	24
VII - EVOLUÇÃO SUBSEQUENTE DO CORREIO BRASILEIRO	28
VIII - CORREIOS DAS ALAGOAS.....	33
a) CORREIOS TERRESTRES; PRIMEIRA AGÊNCIA.....	33
b) OS CORREIOS DE ALAGOAS APÓS A REFORMA POSTAL DE 1829.....	39
c) AGÊNCIAS DO CORREIO	42
d) CORREIOS AMBULANTES	89
IX - CARIMBOLOGIA ALAGOANA.....	88
ADENDA	113

À memória
do meu pai
— desembargador
Barreto Cardoso.

Devêramos antepor ao título acima o qualificativo de modestíssima para que fossem corretamente definidas estas simples anotações.

Despidos das qualidades indispensáveis aos rebuscadores de arquivos e bibliotecas e sem os dotes linguísticos de escritor jamais ousaríamos traçar a história dos correios em Alagoas.

O material de que, para tal fim se dispõe (livros, documentos, cartas, selos, carimbos, etc.) é demasiado escasso.

Nada incluímos, nos capítulos em que abordamos a evolução do correio em geral e a do correio brasileiro em particular, que já não houvesse sido escrito por outrem; nossa tarefa foi, apenas, a de reunir os dados disponíveis, contidos em livros e revistas de difícil acesso, muitos em língua estrangeira, resumir o que possuíam de essencial e apresentá-los ao público, com o fito de divulgar aspectos curiosos do serviço postal, fator dos mais ponderáveis no progresso social mas tão desprezado pelos historiadores.

Quanto aos que tratam dos correios de Alagoas, neles citaremos as fontes em que nos abeberamos e exporemos nossa pequena contribuição pessoal.

As dificuldades foram tantas que quase desistíamos de escrever sobre o assunto; fizemo-lo, entretanto, para que outros, melhor capacitados, sintam-se estimulados a reconstituir um dia, com todos os seus detalhes, a história postal alagoana.

I

ORIGEM DOS CORREIOS

A trevemo-nos a afirmar que o correio nasceu, bárbaro e rudimentar, quando o *Homo sapiens*, evoluído afinal de uma longa cadeia de sub-homens e comunicando-se com seus semelhantes pela linguagem articulada, formou suas primeiras comunidades e estas tiveram de trocar mensagens (verbais de início, depois pictográficas ou escritas). Os seus portadores que eram senão correios?

Correios em português, *correos* em espanhol são palavras que indicam a qualidade essencial ao portador da mensagem: devia ser rápido, devia CORRER. *Postage* em inglês, *postes* em francês recordam uma fase mais avançada em que o correio utilizava cavalos ou carruagens e parava nas postas a fim de fazer descansar ou trocar os animais.

Correios existiram, pois, desde que as mais antigas comunidades humanas necessitaram entrar em comunicação umas com as outras.

Correios organizados, porém, capazes de levar correspondência com a máxima presteza de um ponto a outro de uma nação ou de um a outro país, só vamos encontrar quando se

constituíram as primeiras civilizações e seus chefes sentiram o valor de um contato rápido e permanente com todas as áreas de seus domínios.

Diz Carlos Luiz Taveira, um dos diretores dos correios do Brasil, que a criação dos correios se fez “para auxiliar as atividades malditas da guerra.”¹ Estará certo?

Houve correios no Egito no período faraônico e utilizaram como meios de transporte camelos, asnos, burros e até andorinhas e pombos; os últimos conservaram sua qualidade de bons mensageiros até os nossos dias.

Os monarcas persas e os Macedônios que, com Alexandre, os derrotaram depois, mantinham excelente serviço de correios.

Os Romanos também o possuíam. Diz-se até que uma carta gastou apenas 24 horas para percorrer 280 quilômetros. A celeridade era um apanágio do serviço postal do Império Romano. (Hoje uma carta, se não é expedida por via aérea, gasta dois meses e mais para vir do Rio ou São Paulo a Maceió. *O tempora! O mores!*). Pena é que as invasões dos bárbaros no Império do Ocidente hajam feito desaparecer tão eficiente correio.

Os espanhóis encontraram entre os Incas e os Astecas serviços de correios bem organizados e a velocidade no transporte das missivas equiparava-se à dos Romanos.

Nos alvares da Renascença, na Europa, foram os correios revivendo. Carlos Magno mantinha um correio do Estado.

Sir F. H. Williamson, que foi Diretor dos Serviços Postais no General Post Office de Londres em 1922-37, diz que a cau-

1 TAVEIRA, Carlos Luiz — “Um pouco de história do Correio no Brasil”. Brasil Filatélico, Ano XXII no 119-Jan/Mar. 1956, pg. 7 e seg.

sa da instalação de correios consistiu em três motivos, cuja importância relativa variava de chefe de nação para chefe de nação e os enumera assim: “o desejo de assegurar um controle ou censura oficial principalmente na correspondência internacional; a procura de uma fonte de renda adicional e o desejo de prover um serviço eficiente.”¹

Na França o público só pôde beneficiar-se com um serviço de correios quando a Universidade de Paris, para auxiliar seus alunos e respectivas famílias, que não podiam manter estafetas particulares, criou seu próprio corpo de mensageiros que transportavam a correspondência mediante taxas módicas.

Luís XI estendeu a todos os habitantes de Paris, em 1464, o uso do correio e criou o cargo de Conselheiro Grão Mestre dos Correios da França. Richelieu em 1627 e Mazarino em 1643 melhoraram o serviço postal a fim de que suas rendas também melhorassem.

Na Inglaterra, em 1591, a Rainha Isabel proibiu o transporte de correspondência d'além mar a não ser por mensageiros devidamente autorizados pelo Chefe dos Correios. Já existia, então, um serviço entre Londres e Calais. Em 1609 Jaime I estendeu a proibição à correspondência interna, mas aí o que se visava era aumentar os rendimentos advindos desse serviço.

Surgiram, ainda por essa época, serviços locais — urbanos — de correio em Londres e Paris. Em 1670 foram regularizados os correios entre Inglaterra e França. No início do século XVIII já eles se estendiam à Espanha e à Turquia. Em 1784 aparecem as primeiras malas-postas e coches de correio.

Ainda na segunda metade do século XIX os tratados pos-

1 WILLIAMSON, Sir F. H. — “Post and Postal Services”, na Encyclopaedia Britannica — 1952 — vol. 18° — pg. 303.

tais, que se foram firmando entre diferentes países, inclusive o Brasil, eram tão complicados que somente um perito poderia dizer se uma carta, destinada a tal ou qual nação, estava com o porte regularmente pago e tinha preenchido todas as formalidades postais. Nessa época o sistema de correios existia já, praticamente, em todos os países.

Face a tais dificuldades, o dr. Heinrich von Stephan propôs a criação de uma União Postal Universal. Esta, na Convenção Postal Universal, adotada em 1875, esposou o princípio fundamental de que qualquer membro da União comprometia-se a transportar as malas postais a ele confiadas, por qualquer outro membro, como se fossem as suas próprias e através dos melhores meios de comunicação. Os termos da Convenção, com pequenas modificações, ainda estão em vigor.

II

CORREIOS EM PORTUGAL E NO BRASIL ATÉ A INDEPENDÊNCIA DESTE

É lógico supor que em Portugal, como nos outros países da Europa, existissem, desde a Idade Média, correios particulares da Coroa ou da nobreza.

O documento mais antigo de que se tem notícia acerca de correios naquela nação é segundo Carlos Luiz Taveira, a quem já nos referimos acima, a carta de lei de 6 de novembro de 1520 de d. Manuel I nomeando Correio-Mor a Luís Homem.

Escreve Taveira ainda: “No Brasil o funcionamento do Correio data de 1663, quando foi o seu serviço instalado com o Regimento de 25 de janeiro, sendo rei de Portugal d. Afonso VI e Luís Gomes da Mata o 7º Correio-Mor do Reino e o 1º das Cartas do Mar, por consequência, o primeiro Correio-Mor a interferir nos assuntos postais de nosso País. Era o Brasil, então, considerado província de Portugal.

Nesse mesmo ano, o de 1663, sendo Governador Geral da Província do Brasil o Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes, com sede na Bahia, foram providos no cargo de Assistente do Ofício de Correio no Brasil e despachados: para a

Bahia, em data de 6 de junho, Bartolomeu Fragoso Cabral; em 19 de dezembro seguinte para a Capitania do Rio de Janeiro o Alferes João Cavaleiro Cardoso e, em data que se desconhece, para a Capitania de Pernambuco, Manoel da Fonseca Feio.”¹

É bem fácil imaginar quão precário seria esse serviço postal no Brasil, o qual, provavelmente, só servia às cidades e vilas de maior importância e de cujas populações somente uma fração mínima sabia ler e escrever. O correio assim permaneceu nas plagas brasileiras por mais de um século até que surgiu, em 20 de janeiro de 1798, o Alvará Régio criando os Correios Marítimos e dando instruções para o bom funcionamento dos correios interiores do Brasil.

O preâmbulo e o item I do Alvará assim rezam: “Eu a Rainha Faço saber aos que este Alvará com força de lei virem: Que sendo-Me presente a economia que deve resultar à Minha Real Fazenda, de que o encargo e cuidado de aprontar as Embarcações, que hão de servir de Correios Marítimos, fiquem pertencendo à Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos; à qual igualmente como à da Fazenda, deve pertencer o Estabelecimento dos Correios interiores do Brasil, para mais útil comunicação de todas aquelas Capitánias, de que tão grande benefício há de resultar às Praças do Comércio de todos os Meus Domínios: Hei por bem determinar o seguinte: 1. Pela Repartição da Marinha se expedirão cada dois meses, principiando no primeiro de Março próximo dois Paquetes Correios Marítimos: o primeiro para o porto de Assú, que levará, e trará as cartas das Capitánias de Pernambuco, Paraíba, Parnahiba, Maranhão, Piauí e Pará, indo às Salinas, donde voltará a este Reino. O segundo irá à Bahia e Rio de

1 TAVEIRA, C.L. — Op. cit. pg 9.

Janeiro, donde voltará também a este Reino; e sendo praticável fará o seu regresso pela Bahia para trazer as respostas das Cartas que ali deixou na sua passagem para o Rio.”¹

Seguem-se outros artigos dando instruções para que o Vice-Rei e os Governadores estabeleçam as comunicações interiores até as várias Capitanias, o preço que se há de pagar pelas cartas e a maneira de se fazer a entrega e o recebimento das Malas do Correio.

Várias agências postais foram criadas, por efeito desse Alvará, em diversas Capitanias. O Administrador dos Correios no Brasil era, então, Antonio Rodrigues da Silva.

A invasão de Portugal pelos exércitos de Napoleão obrigou a Família Real a trasladar-se para o Brasil, chegando ao Rio, a 7 de março de 1808, o Príncipe Regente e sua mãe a Rainha d. Maria I. Já a 22 de novembro do mesmo ano o Príncipe aprovava o “Regulamento Provisional para a Administração Geral do Correio da Côrte e Província do Rio de Janeiro.”

Por Carta Régia de 24 de setembro de 1817 mandou estabelecer um correio regular entre as Províncias de S. Pedro do Rio Grande e a de S. Paulo (talvez em consequência do interesse pela Colônia do Sacramento e do desejo de d. Carlota Joaquina de ocupar o trono da Espanha ou, pelo menos, governar a América Espanhola). E assim estava o serviço postal do Brasil quando, a 7 de setembro de 1822, foi proclamada a independência.

1 Modernizamos a ortografia. O documento foi transcrito da obra: GUATEMOSIM, Durvalino. — Miscelânea Histórica, Postal e Filatélica Nacional — S. Paulo — 1935 — pg. 6

III

CORREIOS NO BRASIL IMPÉRIO ATÉ 1842

D. Pedro I, Imperador do Brasil, desejoso de melhorar os serviços postais da Nação, através do Decreto de 5 de março de 1829, com 5 títulos, 15 capítulos e 155 artigos, deu regulamento à Administração Geral dos Correios e criou o cargo de Diretor Geral para o qual foi escolhido o Conselheiro, Chefe de Esquadra, Diogo Jorge de Brito, com 800 mil réis por ano. O decreto visava ainda a melhoria do tráfego postal, regulava as funções de seus servidores, determinava novas tarifas para a correspondência e a maneira de assinalá-las. Uma portaria do Secretário de Estado dos Negócios do Império, de 17-9-1829, isentou do serviço militar e civil quem se encarregasse de correios no País. Tomaram, assim, nova feição aos correios no Brasil os quais iriam sofrer ainda profunda reforma com a criação dos selos para o pagamento adiantado do porte (o que, entretanto, já era facultativo pelo decreto de 5 de março de 1829), mas isso somente no reinado de D. Pedro II, após a abdicação, em 1831, e volta para Portugal de D. Pedro I.

IV OS PRIMEIROS SELOS POSTAIS

Os portes da correspondência, antes da criação dos selos de correio, eram pagos, com raras exceções, pelos destinatários e não pelos remetentes. O custo era calculado segundo o peso e a distância percorrida e isto, aliado às várias taxas vigariantes nos diversos países, tornava difícil e demorada a apuração do valor do porte.

Já no século XVII os responsáveis pelos correios urbanos de Paris e Londres haviam excogitado um meio de cobrança adiantada das taxas.

M. de Vélayer, criador do correio urbano de Paris em 1653, idealizou um envoltório para a correspondência, chamado *Billet de Port Payé*, adquirido pelos que desejavam utilizar-se daquele serviço. Diz Edmond Locard¹ que existe um exemplar do *Billet* no Museu Carnavalet e que foi exibido na Exposição Filatélica de Paris em 1892. L. N. & M. Williams² afirmam, porém, que nenhum *Billet de Port Payé* subsistiu até hoje.

1 LOCARD, E. — Manuel du Philatelite — 1942 — Payot — Paris — pg. 37.

2 WILLIAMS, L. N. & M. — The Postage Stamps — Penguin Books — 1956 — London — pg. 16.

William Dockwra, que mantinha em Londres em 1680 um correio local, usava carimbos¹, hoje raríssimos, com os quais assinalava, na correspondência, que o porte havia sido pago.

Esses correios tiveram duração efêmera; ao parisiense faltou a aceitação do público, mas o de Londres durou mais tempo e prestou reais serviços à população da cidade.

Precursos mais recentes do selo postal encontramos nos chamados Cavallini da Sardenha. Trata-se de fórmulas para correspondência tendo, em relêvo, um desenho representando um mensageiro a cavalo, daí o nome Cavallini. Havia três valores, cada qual em papel colorido diferentemente e foram emitidos em 1818.

O pagamento do porte pelo indivíduo que recebia a missiva ou encomenda era causa de aborrecimentos e prejuízos para correio. O destinatário muitas vezes não dispunha da quantia necessária para pagar a taxa estipulada, frequentemente alta, e recusava a correspondência.

Conta-se até, com sabor de anedota, que sir Rowland Hill foi levado a criar o selo postal e reformar os correios ingleses por um incidente que presenciou em uma localidade da Inglaterra. Observou um carteiro fazer a entrega de uma missiva a uma jovem camponesa. Esta tomou-a, mirou o anverso e o verso, depois devolveu-a ao mensageiro, dizendo não dispor dos xelins necessários para pagar o porte, o que muito lamentava.

Conversando, depois, com sir Rowland disse-lhe que a carta era de seu noivo, que se achava em Londres. Sendo ambos pobres haviam combinado um sistema de sinais que ele colo-

¹Esses carimbos estão representados no livro: HURT, E. F. and WIL LIAMS, L. N. & M. — Handbook of the Private Local Posts — vol. 6 de Billig's Specialized Catalogues, published in the U.S.A. by Fritz Billig.

cava no frontispício e no verso das cartas e pelos quais ela se inteirava de sua saúde e de outros detalhes, sem que lhes fosse preciso dispendir um único vintém.

Pela reforma empreendida por sir Rowland as taxas dos correios ingleses foram uniformizadas em um *penny* e dois *pence*, tomando-se em consideração apenas o peso, e não a distância, no pagamento do porte. Este pagamento seria comprovado pela colagem de pequenos retângulos de papel, com desenho especial, na correspondência e vendidos pelos correios aos remetentes.

Essas inovações provocaram enorme celeuma no Parlamento, e mesmo entre o público, mas foram aprovadas e a 1º de maio de 1840 entravam em circulação os primeiros selos postais do mundo — um de um *penny* e o outro de dois *pence*; o primeiro de cor negra (o famoso *Penny Black*) e o segundo azul. Ambos tinham, de perfil, a efigie da Rainha Victoria e as legendas POSTAGE e a do valor. Ainda hoje os selos da Inglaterra não apresentam qualquer inscrição indicando que pertencem àquele país — a face do monarca reinante constitui suficiente identificação. Os primeiros selos do Brasil e os que se lhes seguiram até 1866 apenas tinham, em algarismos, o valor; não possuíam legendas nem outra coisa qualquer que as assinalassem como sendo brasileiros.

O uso do selo postal, simplificando o velho sistema, demonstrou ser tão vantajoso que foi paulatinamente adotado por todos os países do mundo.

A segunda nação a emití-lo foi o Brasil. É bem verdade que, antes de em nossa Pátria, em Zurique, na Suíça, e em Nova Iorque, foram utilizados selos para a correspondência, mas os primeiros só tinham curso naquele cantão e o segundo naquela cidade. Em 1º de agosto de 1843, quando foram emitidos

nossos primeiros selos, somente a Inglaterra e o Brasil usavam tais retângulos de papel não só no interior como também na correspondência internacional.

Desses primeiros selos, criados com a finalidade exclusiva de portear cartas, chegamos ao absurdo de hoje, em que as emissões se sucedem quase diariamente, acompanhadas de folhinhas, envelopes de primeiro dia, carimbos especiais, erros propositais, comemorando jogos de futebol, eleições de “misses”, multicolores, com desenhos de animais, de vegetais, de navios, de automóveis e de que sei lá...

Os países comunistas e os simpatizantes do credo vermelho primam nessas emissões que têm como finalidade única a exploração da bolsa dos colecionadores incautos, muitas delas jamais sendo usadas na correspondência.

V

A REFORMA POSTAL BRASILEIRA DE 1842

Os membros do Conselho do Estado — Visconde de Olinda, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro enviaram à S.M. o Imperador d. Pedro II, respectivamente em 3, 9 e 15 de novembro de 1842, três exposições de motivos com proposta para a reforma dos correos, exposições essas que se complementavam.

A primeira assim começa: “Senhor — A Secção do Conselho de Estado dos Negócios do Império, incumbida de interpor seu parecer sobre a reforma dos Correios, que o Artº. 17 da Lei n. 243, de 30 de novembro de 1841 autorizou, não pode, apesar da demora, cumprir, se não parcialmente, esta delicada tarefa. Da citada Lei colige-se apenas que os Legisladores julgaram necessário o aumento da taxa e das despesas; e, não obstante a diligência da Secção, ainda esta não se considera habilitada com os precisos esclarecimentos para corresponder à confiança, com que Vossa Majestade Imperial a Honrou: mas como se aproxima a seu termo a autorização para a sobredita reforma e não seja prudente arriscar medidas antes de amadurecidas pela observação, e repetidos ensaios, pareceu-lhe acertado propor

as alterações, cuja necessidade não há aqui quem deixe de sentir, reservando para ulteriores Regulamentos que dependem de aprofundados exames e amplos esclarecimentos, que até ao presente não se puderam obter.

E fora de toda contestação a existência de um tão avultado “déficit”, que infalivelmente há de ter contristado a todos os amigos da prosperidade pública; não se torna pois estranhável que se eleve a taxa dos Correios, mormente refletindo-se que neste ramo de Serviço Público a Despesa excede à Receita mais do dobro orçada esta em sessenta e oito contos de réis e aquela em cento e cinquenta...” e continua: “...Atentas as reclamações de algumas Administrações de Correios é indispensável aumentar o número dos empregados, sob pena de considerável atraso na escrituração... A Secção julga útil facilitar as comunicações dos Colonos que emigraram para Império, a fim de informarem suas famílias e amigos dos cômodos e benefícios de que gozam neste país, e assim atraírem a maior número de emigrados, no que Vossa Majestade Imperial tanto se desvela...” Diz ainda, adiante, que o Correio “não é tão defeituoso como alguns o arguem... e se não é tão rápido, como pode ser, ninguém o considerará com razão nimiamente moroso. Os primeiros empregados da Administração recebem as cartas; em sua presença calculam-se e lançam-se os portes; minuciosa e acurada escrituração as acompanha; e, antes de sua entrega, novos exames, conferências e escrituração se praticam, de maneira que não é possível o descaminho de uma carta, sem que seja descoberto o autor do crime. Reconhece todavia a Secção que, entrando no cálculo dos portes as distâncias, e o peso das cartas, e pagando-se o porte a dinheiro, não podem deixar de ser algum tanto morosas estas operações...” E esboça um novo plano: “No cálculo dos portes

só se atenderá ao peso das cartas; não serão estas pagas nos Correios que as entregarem, mas adiantados nos que as receberem, por meio de papel selado do tamanho de uma pequena moeda de prata, vendido por quem a Autoridade designar, e colocado no sobrescrito das cartas... a tomada das contas será com facilidade desempenhada à vista dos selos postos à venda e dos restantes... Este Sistema porém não será bem aceito do Público, se não for precedido de algumas medidas preparatórias para a sua boa execução. Convirá, por exemplo, que primeiro se ensaie o expediente da entrega das cartas nos domicílios, não se realizando esta nas Administrações sem justificação da identidade de pessoas. A não preceder esta precaução, crescerá o número de curiosos, que virão aos Correios tirar cartas alheias e muito sofrerá o crédito do Sistema. A prudência exige também que primeiro seja este Sistema praticado em uma Província, e depois generalizado, com as modificações que a observação e a experiência indicarem.”

Na segunda exposição, de 9 de novembro, assim se exprime: “Bem que a Secção não esteja habilitada para asseverar que se cometam extravios das rendas do correio, ninguém a tachará de temerária por supor susceptível de melhoramento fiscalização desta Renda Pública. Em verdade é impossível verificar o número de cartas, que o Correio recebe, e distribui segundo o sistema atual, por mais forte e sustentada que seja a atenção, zelo e diligência posta neste trabalho” e dizem que não se tomam contas ao Correio desde que se publicou o último Regulamento em 1829.

Acrescentam ainda: “O Oficial Maior da Contadoria de Revisão do Tesouro, a quem a Secção incumbiu o exame da fiscalização, que existe no Correio, exprime-se assim: — E se em uma Repartição, como o Correio Geral da Côrte, está su-

jeita semelhante operação à fé de quem a pratica, qual será conceito que deve merecer a mesma operação, elaborada em uma administração ou agência, onde um só indivíduo reúne as qualidades de Administrador, Contador e Tesoureiro. De uma conta pois de tal natureza nenhum recurso tem o oficial dela encarregado se não estar pelo que se lhe apresentar, porque todas as pesquisas serão frustradas à vista da natureza da Receita... A Secção não pode explicar como seja orçada a Receita do Correio no Espírito Santo em 600\$000 rs, Província de poucos habitantes, e que tem um só representante na Câmara dos Deputados; e a das Alagoas em duzentos mil réis, Província muito maior, e que se deve supor com muito mais relações... Estas ponderações... são extensivas às rendas dos Correios de outras Províncias... Por esta ocasião Secção pede à V.M.I. seja servido exigir dos Presidentes das Províncias as seguintes informações: — Quantas linhas de correios saem das respectivas Capitais, suas direções e ramificações, quantas administrações e agências de correios nela existem; a distância em que ficam umas das outras, o número de empregados que cada uma tem, e seus vencimentos, o número de cartas que recebe, e distribui; seu rendimento; quantos estafetas estão empregados em cada uma dessas linhas, e se os mesmos empregados conduzem as malas para todas as agências, e administrações da mesma linha, ou se diversos; se nas Províncias, em que há correios de terra, que as comunicam, os estafetas de uma entregam na primeira agência das outras as malas ou se as levam a todas a que são dirigidas; e em geral o estado da administração dos correios nas respectivas Províncias; os melhoramentos, de que são elas susceptíveis; e as economias, que podem realizar-se, sem prejuízo da segurança e celeridade, que cumpre haver nas correspondências.”

Dizem adiante os signatários que adotaram uma inovação, qual seja a de cobrar o mesmo porte para o mesmo peso qual-quer que seja a distância a percorrer pela carta, e justificam-na assim: “Não é regular exigir maior imposto dos contribuintes só porque residem mais distantes... o que de mais pagarem as cartas vindas de perto, será compensado pelo que de menos pagarão as remetidas de lugares remotos, de mais nada tem V.M.I. tanto a peito, como fazer desaparecer as distâncias, que o separam dos Seus súbditos, e até, se possível fosse, reuni-los todos em torno de Seu Trono, e a medida proposta é não pequeno passo para atingir este Augusto empenho.”

Acrescentam ainda: “A Secção prefere ao sistema atual o pagamento adiantado dos portes em papel selado, do tamanho de uma pequena moeda de prata com a efigie do Monarca, circulada de um leteiro que designe o seu preço: papel selado que se colará no sobrescrito. Por este método, fácilimo será o verificar quantas cartas foram conduzidas pelos correios, à vista dos selos que restarem dos postos à venda. O pagamento adiantado facilita a distribuição das cartas; pois não terá o correio o trabalho de receber o seu importe, e nem o carteiro que as distribuir pelos domicílios, o que poupará não pouco tempo.” Propõem vários artigos para um decreto fixando preços de porte e outras medidas, sendo o 17º assim redigido: “Art. 17 — Os que falsificarem o papel selado, receberem cartas que não lhes forem dirigidas; solicitarem que lhes sejam entregues; não pagarem os portes adiantados ou procurarem defraudá-los ou infringirem qualquer das disposições dos Regulamentos sobre os Correios, poderão ser punidos com prisão de três meses e multa até duzentos mil réis, nos casos, e pela forma que os mesmos determinarem, salvas as disposições do Código Criminal.”

No ofício de 15 de novembro os Conselheiros aduzem como vantagens do pagamento adiantado do porte: “Não terão mais os ociosos, e malignos, o poder de multar a qualquer dirigindo-lhe inúteis e injuriosos papéis pelos Correios...” Acrescentam que a entrega em domicílio evitará “a qualquer curioso, ou mal intencionado receber alheias correspondências, e devassar segredos de família, honra e fortuna” e que o sistema de pagamento adiantado “não só faz possível a fiscalização neste labirinto do serviço público, mas a facilita a ponto de que em dias se tomarão contas que, segundo o sistema atual, seria trabalho de meses e frequentemente pouco satisfatório.”

Como resultado dessas propostas S.M. o Imperador baixou os decretos nos 254 e 255 de 29 de novembro de 1842 determinando o uso do papel selado ou selo no valor de 30, 60 e 90 réis conforme o modelo I (que nunca mais foi achado) e que deveriam ser inutilizados, como o foram, por meio de um carimbo (diz o decreto de acordo com o modelo nº 2, que também se perdeu) que atingisse o selo e o sobrescrito. Os decretos punham em vigor quase tudo que os Conselheiros haviam sugerido e a que largamente já nos referimos. Outro decreto, o de nº 296 de 19-5-1843, regulou ainda outros detalhes: serviços de carteiro, confecção de carimbo, etc..

Todos os documentos que aparecem neste capítulo, foram transcritos do livro de Durvalino Guatimosim¹, “Miscelânea Histórica, Postal e Filotélica Nacional”, anteriormente citado.

1 GUATIMOSIM, Durvalino — Op. cit., Modernizamos, porém, a ortografia.

VI OS OLHOS DE BOI

Por longos anos discutiram os filatelistas se os nossos primeiros selos de correio, os chamados “olhos de boi”, haviam sido confeccionados no Brasil ou no estrangeiro. Mário de Sanctis, Klocke, Clerot, Lee, Guatemosim e tantos outros, à custa de pesquisas dignas dos maiores encômios, demonstraram cabalmente terem sido eles gravados na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Um ofício de Camilo João Valdetaro, então Provedor da Casa da Moeda, datado de 13 de fevereiro de 1843 e dirigido ao Conselheiro Joaquim Francisco Viana, Presidente do Tribunal do Tesouro Público Nacional, reza: “será mister adotar (para os selos) modelos que dificultem a falsificação, e sejam conformes aos nossos costumes. Na Inglaterra se usa em tais selos... gravar a efigie da Rainha com o valor da respectiva taxa, isto ali pode ser muito próprio, e sou levado a crer que é fundado em utilidade pública, mas entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações, e as razões em que me baseio, são estas: usa-se aqui por princípio de dever e respeito pôr a efigie do Monarca, só em objetos

perduráveis ou dignos de veneração, e nunca naqueles que, por sua natureza pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados; e de mais a mais acresce a facilidade que há de se copiar um retrato por todos conhecido, cousa que pode ser executada por quem tenha habilidade suficiente, o que não acontece com trabalhos meditados, e complicados que além da perícia do artista exigem maquinismos próprios, para se levarem a efeito...”¹

A luz dos conhecimentos atuais os inconvenientes apontados são infantis por mais simples que seja o desenho de um selo, jamais o falsificador poderá imitá-lo de maneira que testes os mais diversos não indiquem a sua origem espúria. Quanto ao inconveniente de se macular com os carimbos ou de se destruir logo os selos com a efígie do Monarca, que o Provedor considera um desrespeito, fato semelhante só aconteceu no Reino das Duas Sicílias (Nápoles) em que os selos com a efígie do rei Ferdinando eram inutilizados com um carimbo especial que, devidamente aplicado, não tocava na efígie do soberano. Hoje tudo isto nos parece pueril; outrora tinha importância relevante.

Com razão ou sem ela, e parece-nos que o motivo principal para não se confeccionarem selos com a efígie de D. Pedro II (que só foram emitidos em 1866 e impressos pela American Bank Note Company) foi não dispor a Casa da Moeda do maquinismo necessário para tal, o desenho dos nossos primeiros selos foi um oval finamente gravado, com dois florões, um em cima e outro em baixo, enquadrado por um retângulo, e com os algarismos do valor (30 — 60 — 90) abertos no oval. Nenhuma legenda contém e é, na sua sobriedade, belos; o oval

1 Transcrito de GUATEMOSIM, op. cit... Modernizamos a ortografia.

deu origem ao nome Olho de Boi, pois lembra, de fato, esse órgão.

Supõe-se que a matriz do oval veio, com outras peças, ao ser adquirida uma máquina de gravar para a Casa da Moeda a Eduardo Lemerick. Os oficiais gravadores daquela repartição — Carlos Custódio de Azevedo e Quintino José de Faria — apenas acrescentaram os florões, abriram os algarismos traçaram o retângulo de enquadramento.

Foram preparadas 6 chapas para a impressão dos selos: duas com 54 selos dos três valores, uma de 54 selos de 30 réis, outra de 60 selos de 30 réis e mais duas de 60 selos de 60 réis.

Dessas chapas de 54 selos dos 3 valores provêm as peças mais raras da filatelia brasileira — pares (2) e tira (1) com os valores de 30 e 60 réis unidos. A única tira conhecida, vertical (lógico), com 30-30 e 60 foi há pouco vendida em leilão em Londres e alcançou o preço de £ 8.500, mais de 50.000 cruzeiros novos. Par de 60 com o 90 ainda não é conhecido — se algum for encontrado será tão raro como o célebre *one cent* magenta da Guiana Inglesa.

O catálogo Santos Leitão¹ informa que dos Olhos de Boi foram emitidos: 30 réis — 856.617; 60 réis — 1.333.865; 90 réis — 341.125. Quantos existem hoje entre novos e usados? Dez mil? Cinco mil?

Os Olhos-de-Boi logo em 1-7-1844 foram substituídos (embora ficassem em uso até 1852, segundo José Klocke² pelos Inclínados. Depois vieram os Olhos de Cabra, os Olhos de Gato e, enfim, os selos com a efigie do Imperador em 1866.

Os selos mais raros do Brasil não são os Olhos de Boi e sim

1 LEITÃO & CIA. LTDA., Santos. Catálogo de Selos do Brasil, 1965 — Rio de Janeiro.

2 KLOCKE, José — Os Olhos de Boi — Biblioteca do Filatelista, organizada pelo Club Filatélico do Brasil — vol. I — 1935 — Rio de Janeiro — Pg. 58

os Inclínados dos valores de 180, 300 e 600 réis. Valem várias centenas de cruzeiros novos cada um.

Dos Olhos de Boi foram remetidos para Alagoas, conforme ordem de 16-8-1843 do Contador do Correio Geral da Côrte as seguintes quantidades: 60 réis — 10.000; 30 réis — 4.000 e 90 réis — 3.000. Quantos foram usados? Quantos foram devolvidos à Corte para serem incinerados em 1846? Que outros mais felizes que nós possam um dia responder.



Centenário dos Selos no Brasil com a reprodução dos selos Olhos de Boi

VII

EVOLUÇÃO SUBSEQUENTE DO CORREIO BRASILEIRO

Não foram os trabalhos de Guatemosim e Taveira ser-nos-ia quase impossível traçar a evolução dos nossos correios a partir da reforma de 1842 até hoje. Seguimos em suas linhas gerais aqueles dois autores.

Em 21 de dezembro de 1844, pelo decreto n° 399, novo Regulamento era criado para o Serviço de Correios do Império, dele ressaltando, como mais interessante, a criação do Correio Urbano, que mereceu um regulamento próprio datado de 17 de julho de 1845. O Correio Urbano da Côrte, porém, foi um fracasso; em 1846 foi suprimido.

Houve mais um decreto, o de n° 637 de 27-9-1849, e, tendo-o por base, regulamentou-se a cobrança do porte de cartas oriundas de países estrangeiros.

A 1° de fevereiro de 1852 foram reinstalados os Correios Urbanos, com melhor sorte desta vez.

Em 1862 o sr. Luís Plínio de Oliveira, então Diretor dos Correios, comete, num relatório, uma injustiça que Guatemo-

sim¹ anotou; disse aquele funcionário: “Creio que em país algum há selos tão mal feitos e de falsificação tão fácil como são os selos usados pelo nosso correio. A estampa é ordinária, a cola de má qualidade a ponto de descolarem-se os selos das cartas.”

Em 12-4-1865, pelo decreto 3443, foi adotado novo regulamento para os correios do Império, fixando a taxa de 80 rs. por 15 gramas, que outro decreto de nº 3903 e de 26-6-1867 elevou para 100 réis.

O Brasil assinou diversas convenções com países estrangeiros a fim de regular a troca de correspondência. Segue uma relação delas, com as datas em que foram promulgadas:

- 13-1-53 — Inglaterra
- 2-9-60 — França
- 13-12-64 — Itália
- 7-5-70 — Espanha
- 29-7-70 — Estados Unidos
- 12-8-70 — Bélgica
- 19-4-73 — Peru
- 26-12-73 — Argentina
- 8-7-74 — Alemanha
- 15-7-74 — Itália
- 16-9-74 — França
- 30-10-75 — Grã-Bretanha e Irlanda.

Em 1º de julho de 1877 entrou em execução o tratado celebrado em Berna em 9-10-1874 e ao qual o Brasil aderiu em março de 1877. Em 1º de abril de 1879 começou a ser executada a Convenção que, em substituição ao tratado, celebrou-se em Paris em 1º-6-1878 e na qual se fundou a União Postal Universal.

1 GUATEMOSIN, D. — Op. cit. pg. 91.

Os Correios do Brasil estiveram a cargo do Ministério do Império até 1860. Criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 16-2-1861, passaram os Correios Terrestres e Marítimos a dela dependerem. Essa Secretaria era a 4ª Diretoria do Ministério do Império e seu Diretor era também Diretor Geral dos Correios. Em 1865 ficou autônoma a Diretoria Geral dos Correios.

Em 1880 criou o Correio o serviço de Cartões Postais; em 1883 as Cartas Bilhetes. Nesse mesmo ano surgiu o nosso primeiro periódico postal — a Gazeta Postal—sob a direção de Feliciano José Neves Gonzaga e Alfredo Carlos Soares da Câmara.

Era 1889 foram emitidos selos especiais para o porte de jornais. Selos de telégrafo existiam na Corte.

Proclamada a República, logo em 21 de novembro de 1889, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, aprovava o novo modelo dos selos (o chamado Cruzeiro, porque seu motivo era o Cruzeiro do Sul), mas em vez da legenda Brazil (com z) teria E.U. do Brazil.

Com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19-4-1890, os serviços postais a ela ficaram afetos.

De acordo com as Leis nº 23 de 30-10-1891 e 126-B de 21 de novembro de 1892, os serviços de correios passaram para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Relacionando as efemérides mais notáveis dos correios, na República, temos:

1890 — correspondência expressa — encomenda registrada com valor;

1900 — bilhete postal de indústria privada — *colis postaux* com Portugal, que serviu de intermediário a fim de estendê-lo

a outros países — emissão dos primeiros selos comemorativos brasileiros (4º centenário do descobrimento);

1901 — vales postais internacionais (com 17 países);

1902 — início do serviço de assinaturas de jornais, revistas e outros periódicos e elaboração de instruções para a execução dos serviços de caixas e cartas com valor declarado (mas que só se pôde inaugurar em 1911);

1914 — sobrescrito especial para a remessa de valores no serviço interno;

1927 — transporte aéreo da correspondência;

1929 — máquina de franquear — serviço de petits paquets;

1931 — serviço de cobrança de títulos e documentos (interno) e carteira de identidade postal internacional — nesse ano foram fundidos os serviços postal e telegráfico e constituíram o Departamento dos Correios e Telégrafos (cujo primeiro diretor foi Trajano Furtado dos Reis);

1932 — carta e cartão resposta comercial e o de reembolso postal (só para o Brasil);

1941 — serviço de fonopostal;

1942 — acordo com Portugal a fim de vigorarem na troca da correspondência entre os dois países as respectivas tarifas internas;

1946 — serviço filatélico;

1949 — serviço de encomenda comercial até 10 kg. (só no Brasil) — criação do Museu Filatélico.

Quanto a periódicos postais, organizados e dirigidos por funcionários dos Correios, podemos assinalar, além da *Gazeta Postal* de 1883, já referida, os seguintes:

Brasil Postal de Alfredo Marques de Souza;

O Filatelista de João Tomé de Saboia e Silva;

Revista Postal Brasileira, transformada depois em *Revista*

Postal Telegráfica, de Gastão Wandick da Cunha (1920-1932) e *Revista Correios e Telégrafos* (1938-1950) de Carlos Luiz Taveira.

Com referência a obras sobre correios temos:

1889 — *Instruções para o Regulamento dos Correios*, de Feliciano José Neves Gonzaga;

1910 — *Comentários à execução do Regulamento*, do dr. Francisco José de Almeida Brant;

1916 — *Legislação Postal*, de Alfredo de Souza Barros, e ainda, publicados pela administração;

1889 — *Boletim Postal*, que foi mantido até 1936;

1930 — *Guia Postal*, em dois volumes com 1.900 páginas sob a orientação do Diretor Geral Severino Henrique de Lucena Neiva.

O Brasil fez-se representar nos Congressos da União Postal Universal e da União Postal da Espanha e Américas.

No Congresso Postal de Paris, reunido após a Segunda Grande Guerra, foi o Brasil elevado à categoria de Administração Postal de 1ª classe.

VIII CORREIOS DAS ALAGOAS

Abordamos aqui diversos aspectos dos correios em Alagoas, começando por:

a) CORREIOS TERRESTRES; PRIMEIRA AGÊNCIA.

Até 1825 não existia serviço de correios organizado em Alagoas.

Anterior àquela data nenhuma informação possuímos, pelo menos encontrada no material por nós consultado, acerca de correios em nossa, então, Província e antes Capitania.

Até 1817 fazia Alagoas parte da Capitania de Pernambuco da qual somente naquele ano foi desligada. É possível que, em algum documento ou alguma obra referente aos correios de Pernambuco, acaso existam, haja alusão a correios em nosso território. Henry Koester que residiu em Recife, em 1810, escreveu: “O Correio é dirigido irregularmente... não há entrega normal de cartas, cada pessoa deve ir buscá-las no escritório...

já é necessário prestar-se atenção a esse assunto...” mas nada diz sobre correios de Alagoas.¹

O que nos parece certo, por analogia com o que sucedia em outras regiões do Brasil e em outros países, é que o Governo e os particulares de posses enviassem suas missivas através de portadores próprios. O público, e pouco devia ser o que então escrevia, aproveitava-se dos bons préstimos desses portadores ou de amigos que viajassem e, certamente, do pessoal de bordo das embarcações que aqui aportavam, para enviar sua parca correspondência aos destinatários.

Os dados mais antigos sobre correios em Alagoas forneceram-nos o Arquivo Público do Estado, através de seus preciosos documentos e de suas “Efemérides Alagoanas”, publicadas por vários jornais desta capital, e da valiosa “Memória dos Correios do Estado de Alagoas”, de Navito Domingos, que acaba de receber, em doação. Esta “Memória”, originalmente publicada no Jornal de Alagoas no período de 25 de outubro a 23 de novembro de 1916 e depois na revista União Postal, em 1917, foi uma contribuição do sr. Navito Domingues da Silva, funcionário dos correios e filho do Coronel Francisco Domingues da Silva, administrador dos correios de Alagoas entre 1892 e 1908, às comemorações do centenário de nossa emancipação política. No exemplar que o Arquivo vem de receber, além dos recortes do que foi publicado no Jornal de Alagoas, há notas adicionais datilografadas e manuscritas que a completam e ampliam.

Foi, portanto, segundo essas fontes, em 9 e 15 de janeiro

1 KOESTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil, trad. de Luiz da Câmara Cascudo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942. O tradutor nas notas ao capítulo III (nota 9) diz: “A Repartição dos Correios fora creada a 14-3-1801 mas sem realização positiva. A organização foi feita pelo decreto de 5.3.1809.”

de 1825, respectivamente, que o então Presidente da Província d. Nuno Eugênio de Lóssio e Seiblitz criou os primeiros correios terrestres para Sergipe e Pernambuco.

O ato de 9 de janeiro determinava que o correio partisse da cidade de Alagoas, capital da Província, no dia primeiro de cada mês para Sergipe, em cuja capital devia chegar a 8, recolhendo a correspondência daquela Província e também a que viesse da Bahia para Alagoas e regressasse.

O de 15 do mesmo mês estabelecia dois correios terrestres para Pernambuco. Seguia um no dia 1º e o outro a 16, de cada mês, transportando a mala postal até a localidade Pirassinunga, à margem do rio homônimo, que separava as duas Províncias. Ali deviam chegar a 6 e a 21 de cada mês, quando chegariam também os correios de Pernambuco, fazendo-se a permuta das malas e voltando imediatamente, cada qual, à sua respectiva capital.

O sr. Alencastro de França publicou no Jornal de Alagoas de 4 de dezembro de 1916, segundo recorte anexo à “Memória” de Navito Domingues pertencente ao Arquivo, uma nota intitulada “Um documento de 1825” na qual elogia o trabalho de Navito e transcreve, sem informar entretanto onde o obteve, o seguinte documento:

“Partindo agora desta Provincia pa. a de Sergipe o Correio terrestre Maximiano Jozé Pacheco condusindo a Mala cias Cartas: Ordena o Prezidente da Provincia ao Thezoureiro da Caza d’Arrecadação de Maceió Elias da Costa Moraes pague ao referido Corrº a quantia de quatro mil reis metade do que vence pela dita jornada pagando a outra metade qdo. regressar e havendo a necessaria clareza para sua descarga. Alagoas,

6 de outubro de 1825. (ass.) “d. Nuno Eug^o de Lossio e Seibz. Preze.”¹

Chama-nos a atenção o sr. Alencastro para o fato de que, ainda no mesmo ano de sua criação, já o correio não mais partia na data originalmente fixada.

Aliás, em ofício de 9 de abril de 1825 dirigido ao Imperador, d. Nuno Eugenio informava o sobre as dificuldades em receber a correspondência da Corte, com grande prejuízo para o serviço público. Aquele, através da portaria de 27 de maio do mesmo ano, resolveu que “a correspondência oficial da Província de Alagoas fosse praticada pelo interposto da Bahia ou Pernambuco por ser difícil o estabelecimento de um correio marítimo em direitura... finalmente que se estabeleça um correio de terra no caso de não o haver já na Província.”²

Em 1828 o dr. Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, foi Presidente da Província pela segunda vez, de 14 de fevereiro a 25 de julho. Em ofício de 28 de fevereiro, isto é, quatorze dias após sua posse, informava ao Presidente de Pernambuco que havia encontrado em grande desorganização os correios de Sergipe e Pernambuco e, em consequência, a correspondência daquelas Províncias e da Corte, vinda por intermédio do interposto da Bahia. Comunicava ainda que já havia regularizado o serviço e contava com o apoio daquela autoridade.

A Efeméride (do nosso Arquivo Público) de 23 de janeiro diz que foi no governo do dr. Cândido José que se instalou o serviço de correios, em virtude da Lei de 15 de outubro de 1827. A esta data informa, porém, que foi inaugurada naquele

1 Respeitamos a grafia.

2 DOMINGUES, N. — Memória.

dia, em Maceió, a primeira agência postal de Alagoas e que “O Serviço Postal havia sido criado a 18 de outubro do ano anterior em sessão do Conselho da Província.” Há engano; onde está o certo? A Lei foi de 15 de outubro de 1827 ou de 18 de outubro de 1826? A primeira agência postal foi de 15 de outubro de 1827 ou do período entre 14 de fevereiro e 25 de julho de 1828 em que governou Araújo Viana? Cremos que a verdade está na data de 15-10-1827 para a Lei e no período citado de fevereiro a julho (inclusive) de 1828 para a instalação da Agência Postal.

Moreno Brandão na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* — vol. XII, ano 55, 1927, página 79, no seu artigo “Alagoas em 1927” diz — “Em administração subsequente — a de Araújo Viana — (o grifo é nosso) foram estabelecidos os correios”, o que confirma o nosso parecer.

Reforça-o ainda o dr. Tomás Espíndola que informa haver o conselheiro Miguel Veloso da Silveira Nóbrega, em sessão do Conselho da Província de 16 de outubro de 1826, proposto a criação de um correio em Maceió, o qual foi instalado, em virtude da lei de 15 de outubro de 1827, no governo de Cândido José de Araújo Viana.¹ O “18 de outubro do ano anterior”, a que se refere a Efeméride de 15 de outubro do nosso Arquivo Público não é 18 e sim 16 e foi a data em que o conselheiro Nóbrega propôs a criação da agência.

Naquela época às administrações provinciais e mesmo às municipais incumbia a criação de serviços de correio. Afirmo o coronel Milton Azevedo no seu trabalho “Catalogação de carimbos do Império” (Brasil Filatélico, ano XXIV, n° 129, Jan.

¹ ESPINDOLA. Thomaz do Bom-Fim, *Geographia Alagoana*, 2ª edição, Typografia do Liberal, Maceió, 1871, págs. 119 e seg.

a Abril 1861, págs. 10 e ss.): “Cada Administração Provincial (de correios) tem sua história própria. Dois nítidos períodos caracterizam a vida dos Serviços de Correios do Brasil: o primeiro, que vai da criação dos Correios Marítimos até 1829, quando só havia linhas independentes com tráfego mútuo; o segundo a partir de 1829 quando foram unificadas as linhas existentes.”

Itamar Bopp, no seu artigo “*Dados históricos da formação do Correio de Rezende*” (*Brasil Filatélico*, ano XXII, n.º 106, Março 1955, pgs. 21 e seg.) refere que a escolha do Administrador do Correio de Rezende foi feita por votação da Câmara Municipal em sessão de 9 de julho de 1829.

Não é pois de estranhar que em Alagoas as iniciativas para a criação dos correios houvessem partido de presidentes da Província e de seus Conselhos.

Assente fica, portanto, que em 1825 foram estabelecidos os primeiros correios terrestres de Alagoas; que em 15 de outubro de 1827 o Conselho da Província determinou a instalação de um serviço de correios (para o público) e que em 1828, em virtude desta decisão, foi inaugurada em Maceió a primeira agência postal da Província.

O Conselheiro Miguel Veloso da Silveira Nóbrega e Vasconcelos, que a governou em substituição ao dr. Cândido Viana, até 31 de dezembro de 1828, conservou o serviço de correios em boa ordem. Estão por ele assinadas uma guia do correio terrestre Domingos Alves de Oliveira, que partia para Pernambuco, para o qual pede o apoio das autoridades, datada de 8 de agosto de 1828, e uma portaria, semelhante à divulgada pelo sr. Alencastro e que reproduzimos acima, mandando pagar ao mesmo estafeta a quantia de cinco mil réis, metade do que percebia, recebendo o restante quando regressasse.

Em 1825 o correio vencia 8 mil réis; em 1828 já ganhava dez.

Em 1829 o serviço continuava a funcionar bem, tanto que o Presidente Manoel Antonio Galvão Paes, em ofício ao Ministro do Império, datado de 6 de março daquele ano, faz referências aos estafetas dos correios de Pernambuco e Alagoas (Rev. do Inst. Histórico de Alagoas, vol. XXII, 1942-43, págs. 121 e ss.)

b) OS CORREIOS DE ALAGOAS APÓS A REFORMA POSTAL DE 1829.

O Secretário dos Negócios do Império, Marquês de Caravelas, através de um aviso de 11 de junho de 1830, remeteu ao Presidente da Província Manoel Antonio Galvão cópia de um decreto, de 27 de maio do mesmo ano, em que se criava a Administração dos Correios das Alagoas e cujo texto era o seguinte:

“Tendo ouvido o Director Geral dos Correios Hei por bem na conformidade do Decreto de cinco de Março do anno passado Organizar a Administração do Correio das Alagoas, com os empregos constantes da Relação que com este baixa assinado pelo Marquez de Caravellas, do Meu Conselho d’Estado Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio que assim o tenha entendido e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, vinte e sete de Maio de mil oitocentos e trinta, nono da independencia e do Império.
(a) Marquez de Caravellas.”

“Relação dos Empregos de Administração do Correio das Alagoas a que se refere o Decreto da dita data.

- Hum Administrador com a Gratificação annual de duzentos mil reis.

- Hum Ajudante com a gratificação annual de cento e sessenta mil reis.

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Maio de 1830 (a) Marquez de Caravellas (a) Theodoro José Biancardi.”¹

Competia ao Deputado Escrivão da Junta da Fazenda Nacional, na Província, Antonio de Castro Viana, a função de Administrador interino, sem remuneração. Este enviou, em 21 de julho do mesmo ano, ao Presidente Galvão, officio em que propunha para os cargos criados no Decreto referido os senhores José Domingues de Carvalho e Francisco Inácio Alvares.

O Presidente concordou com a escolha e mandou que o Escrivão solicitasse a Imperial aprovação. Esta foi concedida em 23 de abril de 1831 pela Regência Provisória, em nome do Imperador, quando já governava as Alagoas o Visconde da Vila Real da Praia Grande.

Ainda no governo deste titular, por ato de 10 de setembro de 1830 e por ele aprovado, foi admitido para servir como porta-malas do correio entre a cidade de Alagoas e a vila de Maceió o sr. Domingos Alves Correia, com a remuneração de 6 mil réis mensais.

José Domingues de Carvalho ocupou o cargo de Administrador até 1834 quando solicitou demissão. O Presidente Miranda Henrique à ele refere-se em officio de 1831, conservado sob o n° 714, na secção de documentos do nosso Instituto Histórico.

¹ Conservamos a grafia do original que se encontra entre os documentos sobre Correios no Arquivo Público de Alagoas. Maço 36 — E9, 1829.1849

O Vice-Presidente da Província, em exercício, Conselheiro João Camilo de Araújo concedeu a demissão pedida e nomeou interinamente para substituí-lo a José Antonio Marques, por ato de 4 de dezembro de 1834 do qual informou no dia seguinte ao sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama, Secretário dos Negócios do Império. Em 14 de março de 1835 a Regência reclama contra o ato do Vice-Presidente, ao qual não reconhece autoridade para baixá-lo, de vez que José Domingues havia por ela sido nomeado e somente a ela competia demiti-lo e pede esclarecimentos sobre a pessoa de José Antonio Marques, o qual só em 29 de julho de 1836 foi confirmado no cargo por Decreto do Governo Imperial.

O correio foi instalado numa das lojas do prédio que servia de Palácio do Governo na cidade de Alagoas, então capital. Depois passou para a residência do administrador José Domingues de Carvalho voltando, enfim, para o mesmo local no Palácio.

Em ofício de 23-2-1833, existente em nosso Arquivo Público¹, o administrador interino Felix Correia de Brito reclamava contra a “sala indecente” que havia sido destinada ao correio na Casa da Tesouraria. Era, então, Presidente Chichorro da Gama.

Em 1838 estava em casa alugada por três mil réis mensais e em 8 de abril do mesmo ano voltou a instalar-se na Tesouraria Geral. O administrador dos correios era José Antonio Marques.

O correio da vila de Maceió era o intermediário das malas da Administração e das que vinham das Províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

1 Arq. Pub. — Doc. Correio — Maço 36, E-9, 1829-1849.

O material para a administração, em Alagoas (cidade), era adquirido pela agência de Maceió e constava de papel almaço, lacre encarnado, sinetes com as armas imperiais e demais objetos de expediente. Se não os encontrava em Maceió a agência fazia-os vir de outras praças do Império.

As instruções para as agências do correio foram impressas na Tipografia Adolfo e custaram 48\$600, pagos pelos rendimentos do Correio de Maceió, conforme autorização do Presidente da Província de 21 de novembro de 1831.

O Juiz de Paz de Jaraguá era quem visitava os navios e recolhia as cartas avulsas, fazendo passar o competente recibo pelo Escrivão.

Em 9 de dezembro de 1839 tornou-se Maceió capital da Província e o Presidente Agostinho Neves ordenou ao administrador José Antonio Marques a transferência da repartição. A mudança de seus utensílios foi realizada no dia 13 do mesmo mês, ficando em Alagoas uma simples agência postal a cargo do coletor das rendas reais José de Melo Correia, percebendo 60 mil réis anuais. Seu escrivão Felipe Néri de Lemos assumiu as funções de ajudante com 40 mil réis.

c) AGENCIAS DO CORREIO

Os dados de que dispomos sobre nossas agências do correio são em grande parte discordantes. Os documentos referentes a correio do Arquivo Público de Alagoas, Navito Domingues em sua *Memória*, Nova Monteiro e Reinhold Koester em artigos publicados no *Brasil Filatélico*, o Departamento de Correios e Telégrafos em seus *Guias Postais*, a Diretoria Re-

gional do DCT no Estado em informações que gentilmente nos forneceu e outras raras notas, são as fontes em que colhemos material para a história de nossas agências. Infelizmente um assinala uma data de criação, outro outra, e isto, associado à frequente mudança de nomes das localidades e à supressão, fechamento temporário e reabertura de agências cria grande confusão.

Em 1834 cremos que só existiam a Administração em Alagoas (capital) e uma agência em Maceió. O Presidente da Província Vicente Camargo, em 2 de junho daquele ano, determinou que os Coletores de várias localidades do interior tomassem a seu cargo os assuntos postais, servindo-lhes de ajudantes os Escrivães das respectivas Coletorias.¹ Tal situação perdurou pelo menos até 1857.

Em documento de 21 de fevereiro de 1854² a administração dos correios propunha ao Presidente da Província aumentar mais duas linhas de estafetas e regular todas as suas partidas três vezes por mês. As linhas seriam:

1ª linha — Poxim, Coruripe e Penedo.

2ª linha — Alagoas, São Miguel, Anadia e Palmeira.

3ª linha — Norte (Sta. Luzia), Pilar, Atalaia, Capela, Assembleia e Quebrangulo.

4ª linha — Murici, Imperatriz (União) e Canhoto.

5ª linha — Pioca, Quitunde, Passo, Porto Calvo e Colônia.

6ª linha — Barra de Stº Antonio, S. Miguel (dos Milagres), Tatuamunha, Porto de Pedras e Gamela (atual Maragogi).

Os estafetas saíam para essas linhas em 1º, 11 e 21 de cada mês.

1 Arq. Pub. — Doc. Correio — Maço 36. E-9. 1829-1849.

2 Idem. Maço 37. E-9. 1850-1883.

7ª linha — Linha subalterna de Penedo a Mata Grande tocando em Colégio, S. Braz, Traipu, Pão de Açúcar, Piranhas, Água Branca e Mata Grande.

Sairiam os estafetas a 5, 15 e 25 de cada mês depois da chegada do Correio de Penedo.

Em 1871, segundo Tomás Espíndola, havia, em Alagoas, além da Administração Geral em Maceió, 28 agências de correios, distribuídas nos seguintes locais: freguesia de Jaraguá; cidades de Alagoas, São Miguel dos Campos e Penedo; vilas de Santa Luzia do Norte, Pilar, Atalaia, Imperatriz, Assembleia, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Porto Calvo, Coruripe, Anadia, Palmeira dos Índios, Traipu, Pão de Açúcar e Paulo Afonso; povoações de Pioca, Barra Grande, Murici, Poxim, Igreja Nova, Colégio, Lagoa Funda, Sant'Ana, Piranhas Água Branca. As linhas de correio diz o autor citado que eram 8:

De Maceió para Penedo — pelos paquetes das companhias Pernambucana e Bahiana;

De Maceió para Penedo Santa Luzia, Alagoas e Pilar — pelos paquetes que navegavam nas lagoas Mundaú e Manguaba;

De Maceió para Barra Grande — pelo paquete pernambucano, duas vezes por mês;

De Maceió para Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Porto Calvo, por estafetas, 4 vezes por mês;

De Maceió para Murici e vila Imperatriz — idem;

De Maceió para Poxim e Coruripe — idem;

De Penedo para Colégio, Traipu, Pão de Açúcar e Piranhas pelo paquete do Rio S. Francisco, uma vez por semana;

De Penedo para Propriá e Vila Nova de Sergipe — idem;

De Penedo para Salomé e Igreja Nova— idem;

De Penedo para Piaçabuçu — idem;

De Pão de Açúcar para Sant'Ana uma vez por semana;

De Piranhas para Água Branca e Paulo Afonso — idem;
De Alagoas para S. Miguel, por meio de estafetas, 6 vezes
por mês;

De S. Miguel para Anadia e Palmeira — idem;

De Pilar para Atalaia e Assembleia— idem;

De Assembleia para Bom Conselho (Pe) — idem.¹

Em 1902 Alagoas tinha 2 agências de 2ª classe, 17 de 3ª e 37 de 4ª, 56 no total.²

Em 14 de agosto de 1966, segundo dados oficiais da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Alagoas, tínhamos 135 agências, inclusive as de Maceió. Após os nomes das situadas em sede de Município colocaremos: (M).

Para simplificar estudaremos em primeiro lugar a agência de Maceió, a mais antiga. Depois abordaremos cada uma das outras, por ordem alfabética. Finalizaremos tratando das que foram suprimidas e dos correios ambulantes.

1) Maceió (M).

A primeira agência do correio criada em Alagoas foi a de Maceió, tendo sido instalada em 1828, como vimos atrás.

O agente era Francisco Dias Cabral, segundo informam documentos do nosso Arquivo Público, Navito Domingues e a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Esta em seu volume XI, 1934, pg. 79, publica uma conferência pronunciada em 2-12-925 naquele Instituto. O palestrista (que a Revista lamentavelmente não revela quem foi) diz que Francisco Dias Cabral, pai do dr. Dias Cabral, foi Administrador (naquela época havia confusão entre administrador e agente)

1 ESPINDOLA, Tomás, op. cit. págs. 119 e seg.

2 Indicador Geral do Estado de Alagoas — M. J. Ramalho & Murta editores, Typografia Commercial, Maceió, 1902, pag. 262.

dos Correios, Inspetor da Alfândega (cargo que de fato ocupava cumulativamente) e aposentou-se como Tesoureiro Geral do Estado (?). Seu ajudante era Antonio Alves Monteiro.

Em ofício de 6 de abril de 1830 o Presidente da Província propôs a Francisco Dias Cabral dispensá-lo do cargo de “administrador” dos correios se quisesse ocupar o lugar de Vereador Geral da Gente de Guerra das Alagoas, sem vencimentos, mas sua resposta foi negativa. (Documento n° 221 do arquivo do Instituto Histórico de Alagoas).

Dias Cabral pediu demissão das funções de agente do correio em 23 de maio de 1832. Seu substituto foi Luís José de Barros Leite, que acumulava as funções de coletor.

Ocupou o cargo depois, interinamente, o ajudante Pedro de Alcântara Taveiros e finalmente Joaquim de Amorim Lima até 1839, quando a Administração dos Correios veio da cidade de Alagoas para Maceió, tornada capital.

Em 13 de maio de 1837 o Presidente dr. Rodrigo de Souza Pontes, em ofício ao agente do correio de Maceió, diz o seguinte: “cumpre observar que achando-se já o Canal da Ponta Grossa no estado de dar passagem às canoas nenhuma necessidade há de que as malas do Correio venham embarcar no Trapiche da Barra.”¹

Efetuada a mudança em 13 de dezembro de 1839 instalou-se o correio à rua do Comércio, esquina com a Ladeira do Brito, em uma casinha com duas portas e pela qual pagava dez mil réis mensais de aluguel. O Presidente da Província para compensar esta despesa mandou suprimir duas agências postais.

Tendo desabado a parede do lado posterior do prédio o ad-

1 Transcrito por Navito Domingues — op. cit..

ministrador Marques requisitou uma sentinela para garantir a repartição. Reconstruída a parede, foi dispensado o soldado em 11 de setembro de 1841.

Esteve o correio depois em outros locais: pavimento térreo do sobrado à rua do Comércio pertencente ao comendador Almeida Guimarães e Palácio do Governo, por mais de uma vez.

Ocupou o primeiro andar do sobrado à rua do Livramento, esquina do beco do Maraba ou rua da Alegria na administração de Gustavo Vieira Dantas. A proprietária era d. Teresa Cândida Pontes da Silveira, viúva do dr. Manoel Lourenço da Silveira, que cobrava o aluguel anual de 400\$000, pagos em trimestres vencidos. O contrato era por 5 anos a partir de 1º de agosto de 1879. O local era bem melhor que os anteriores, embora ainda acanhado.

Voltou daí o correio para três pequenos salões do Palácio do Governo, à rua Barão de Anadia, situados por cima da Biblioteca Pública que funcionava no primeiro andar.

O correio adaptou a área que lhe foi destinada em duas salas e dois quartos. Havia a inconveniência das grandes escadas que o público devia galgar a fim de postar sua correspondência.

Proclamada a república o novo governo autorizou em 1890 a construção de um edifício próprio (aviso nº 80).

O Governador do Estado, coronel Pedro Paulino, sugeriu, por telegrama, a compra de um sobrado de dois andares situado na rua do Comércio, entre a rua S. José e os Quatro Cantos (rua do Açougue, depois 1º de Março, hoje Avenida Moreira Lima) do lado do poente e pertencente ao negociante Francisco Tavares da Costa. Seu custo seria de 15 contos de réis.

A autorização foi concedida pelo aviso nº 101 de 2 de maio de 1890 do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — General Francisco Glicério.

O dr. Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, pelo aviso de 18 de agosto daquele ano, abriu crédito extraordinário para a aquisição, que foi efetuada na Administração de Alexandre Mariz da Fonseca, o qual obteve crédito para o mobiliário.

No pavimento térreo foi instalada a 4ª secção; no 1º andar o Gabinete do Administrador, a Contadoria e a Tesouraria e no 2º andar o arquivo.

O edifício passou a pertencer ao Estado em 1893 e ali esteve a Biblioteca Pública.

Naquele ano houve a fusão da Tesouraria da Fazenda com a Alfândega, ficando desocupado o prédio da primeira, situado à Praça da Liberdade (da Matriz, da Catedral, Pedro II) esquina da rua do Sol (depois do Rosário, 15 de Novembro e atual João Pessoa), que foi cedido para a Administração dos Correios a pedido do dr. Gabino Besouro, então, Governador. Este desejava instalar no edifício do correio à rua do Comércio a repartição de Higiene que o Estado vinha de criar.

O Governador comunicou a 6 de junho de 1893 ao administrador dos correios cel. Francisco Domingues da Silva que estava autorizado, ele o Governador, a ocupar o prédio do correio logo que este o desocupasse.

O administrador, em ofício nº 101 de 6 de julho daquele ano dirigido à Diretoria Geral dos Correios, teceu elogios ao novo edifício, que era de construção recente (1877) e propôs diversas modificações. A Caixa Econômica que ocupava anteriormente algumas de suas salas lá permaneceu.

A mudança do correio efetuou-se em 14 de setembro de 1893, tendo o Governador contribuído com 2 contos de réis para a mesma, quantia retirada de uma das verbas destinadas a Alagoas para a Exposição de Chicago. A administração pos-

tal dispendeu 203\$800 com o transporte dos móveis e dos cofres.

A Administração dos Correios de Alagoas era, então, a mais cômoda, elegante e asseada de todo o norte do País, sobressaindo o Arquivo e a Biblioteca, no dizer de Navito Domingues.

Em 1916 tentou o Procurador dos Feitos da Fazenda, gerente da Caixa Econômica e então Delegado Fiscal, fazer com que o prédio voltasse ao Ministério da Fazenda. O cel. Francisco Domingues conseguiu tornar sem efeito tais tentativas e sugeriu a construção de outro andar ou de outro edifício em terreno anexo, para que ficassem assim alojadas as duas repartições.

Na administração Mario Sette (1932-36) foi erigido pequeno prédio, igual ao de Natal, para os Correios e Telégrafos de Maceió, onde ainda hoje se encontra, pessimamente instalado.



Após a mudança da administração para Maceió os seus funcionários, que eram inicialmente dois: um administrador com 200 mil réis anuais e um ajudante com 160 (27-5-1830), foram pouco a pouco aumentando em número, à medida que o desenvolvimento do serviço o exigia, e melhorando em seus vencimentos.

Em ofício de 16-6-1835 Barros Leite, agente (o ofício diz erradamente “administrador”), escrevia ao Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira, informando que para a entrega da correspondência oficial dispunha de um

Guarda Nacional — Luciano Teotônio dos Reis.¹

A partir de 24 de maio de 1837 aquela correspondência da vila de Maceió e seus subúrbios Jaraguá, Poço, Jacarecica, Bebedouro, Trapiche da Barra e Ponta Grossa passou a ser entregue por soldados todas as vezes que o agente os requisitava.

Em 26-9-1857 autorizava-se para a administração o seguinte pessoal:

1 administrador-tesoureiro com 1:000\$000 por ano;

1 contador com 700\$000;

1 praticante, servindo de porteiro, com 450\$000;

1 carteiro com a diária de mil réis.

O quadro era em 1871:

1 administrador com 1:800\$;

1 contador com 1:200\$;

1 praticante com a diária de 1\$500 e

2 carteiros com a diária de 1\$000.

Em 1888 havia:

1 administrador-tesoureiro com 2:400\$;

1 contador com 1:200\$;

2 oficiais a 1:200\$;

2 praticantes c/ a diária de 3\$;

7 carteiros c/ a diária de 3\$;

2 serventes c/ a diária de 2\$.

Em 1894 encontramos:

1 administrador 5:000\$;

1 contador 3:400\$;

1 tesoureiro 2:400\$;

1 1º oficial 2:400\$;

2 2º oficiais a 1:800\$;

1 Arq. Pub. — Doc. Correio — Maço 36. E-9. 1829 -1849.

1 porteiro 1:600\$;
3 amanuenses a 1:600\$;
6 praticantes a 1:400\$;
16 carteiros a 1:400\$;
6 serventes com a diária de 3\$.

Em 1909 o quadro era muito maior:

1 administrador 6:000\$;
1 contador 4:400\$;
1 tesoureiro 3:800\$ e mais 400\$ para quebras;
1 chefe de secção 3:000\$;
1 fiel do tesoureiro 3:300\$;
1 porteiro 2:200\$;
5 amanuenses a 2:200\$;
5 praticantes de 1ª classe a 2:000\$;
10 praticantes de 2ª classe a 1:400\$;
16 carteiros de 1ª classe a 2:000\$;
5 carteiros de 2ª classe a 1:200\$;
1 contínuo 1:200\$;
6 serventes de 1ª classe com 3\$ de diária e
2 serventes de 2ª classe a 2\$ de diária;

Navito Domingues em sua “*Memória*” dá a biografia de vários administradores e de outros funcionários dos correios e o *Indicador Geral do Estado de Alagoas* de 1902 relaciona todo o pessoal da Administração dos Correios daquela época, com os respectivos endereços.

Resumiremos a seguir as biografias de alguns de maior importância histórica.

1) José Domingues de Carvalho — Foi o primeiro administrador, nomeado por portaria do Presidente Manoel Antônio Galvão de 22-7-1830 e confirmado por Decreto de 21-4-1831

do Governo Imperial. Demitiu-se a pedido em 4-12-1834. Foi substituído interinamente por várias vezes por Antônio de Castro Viana, Alexandre de Melo Pinto, José Severiano de Melo e Félix Correia de Brito.

2) Major José Antônio Marques — Foi nomeado interinamente pelo dr. João Camilo de Araújo em 4-12-1834 o que valeu a este uma censura da Regência. Foi aquele, entretanto, confirmado no cargo pelo Decreto de 29 de julho de 1836 do Governo Imperial. Coube-lhe efetuar a mudança da administração para Maceió.

O coronel Pedro Paulino no seu artigo sob o título “A velha cidade de Alagoas” (*Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, vol. XXII, 1942-43, pag. 18 e ss.) diz, tratando da Semana Santa: “Na terça e quarta-feira à tarde, fazia-se o ofício de trevas com o candelário triangular de quinze velas cujas luzes se iam apagando no fim de cada Salmo. As lições eram tiradas por qualquer do povo, cantadas com o acompanhamento de um velho órgão que ali existia. Por mais de uma vez vi nesse mister... José Antônio Marques, agente do correio e outros.”

Em 9-4-1840 o Visconde de Sinimbu, presidindo a Província, oficiava a Marques recomendando que nada decidisse sobre agentes de correio sem consentimento prévio do Correio Geral.

3) José Francisco Soares — Foi nomeado administrador por Decreto de 3 de novembro de 1857. Foi deputado provincial em 1858-59 e depois foi Diretor dos Correios de São Paulo. Em 30 de maio de 1888 assumiu o cargo de subdiretor dos correios do Brasil.

4) Major Francisco Gustavo Vieira Dantas — Um Decreto de 10 de maio de 1879 nomeou-o administrador.

5) Inácio Francisco de Gusmão foi nomeado por Decreto de 9 de junho de 1883.

6) Francisco Lopes de Arroxelas teve uma carreira curiosa em que foi, pouco a pouco, galgando os diversos postos da administração até alcançar o cargo mais elevado. Foi:

carteiro em 13-5-1844;

praticante porteiro em 9-10-1857;

contador em 2-3-1866 e

administrador em 16-5-1885.

Aposentou-se em 18-8-1888.

7) Luís José de Moraes foi agente do correio em Murici. Em 18-8-1888 tornou-se administrador.

8) Alexandre Mariz da Fonseca foi nomeado em 13 de julho de 1889. Tomou posse em 6 de setembro do mesmo ano e foi exonerado em 14 de janeiro de 1892.

9) Coronel Francisco Domingues da Silva — Foi nomeado administrador em 14-1-1892, tomando posse no dia 27 do mesmo mês e ano. Era anteriormente professor. Em 14-9-1893 instalou o correio na Praça D. Pedro II. Em 17-10-1893 foi exonerado e nomeado Diretor da Instrução Pública e do Liceu Alagoano. A Junta Revolucionária, que depôs Gabino Besouro, demitiu-o daqueles cargos em 17-7-1894. Foi reintegrado no cargo de Administrador dos Correios pelo Presidente da República Prudente de Moraes, reassumindo suas funções em 7-1-1895. Foi processado por crime de sedição mas não compareceu a Juízo, informando a este que só estava sujeito à Justiça Federal, através do ofício nº 59 de 31-5-1895, vasado em termos dignos mas enérgicos. Em 28-5-1906 passou a direção ao contador Francisco Xavier da Costa a fim de viajar para o Rio de Janeiro. Em 27-1-1908 foi removido de Alagoas para o Pará.

10) Major Arestides Otávio Lins Calheiros — foi administrador de 26-1-1894 a 26-12 do mesmo ano.

11) Godofredo de Abreu e Lima — exerceu o cargo de administrador, em comissão, a partir de 9 de junho de 1906.

12) Farmacêutico Alfredo Carlos Soares da Câmara nomeado administrador em 15-1-1910 foi removido para São Paulo em 24-12-1913.

13) Virgílio Barbosa de Souza — foi nomeado administrador em 24-12-1913, mas a 29 do mesmo mês foi tornada sem efeito sua nomeação.

14) Coronel Jacinto Paes Pinto da Silva — foi nomeado administrador por decreto de 29-12-1913 e em 1916 ainda exercia o cargo.

Após a fusão dos Correios com os Telégrafos pelo decreto de 26 de dezembro de 1931 a Diretoria Geral dos Correios Telégrafos em Alagoas teve os seguintes Diretores:

Mário Sette — 3-10-932 a 28-7-936

Temistocles de Sales Costa — 29-07-936 a 9-7-940

Francisco de Paula Barreto Sobrinho — 10-7-940 a 3-4-944

José Aloísio da Costa Machado — 4-4-944 a 3-1-947

Raul de Araujo Monteiro — 4-1-947 a 11-10-950

Arnóbio de Araújo Lírio — 12-12-50 a 22-1-951

Dr. José de Almeida Reys — 30-1-951 a 31-3-951

Dr. Joathas Calheiros Belo — 3-4-951 a 15-5-955

Celso Eugênio Olive — 16-5-955 a 20-3-956

José Wanderley de Barros Lima — 21-3-956 a 9-3-958

Odilon de Luna Freire — 10-3-958 a 24-6-960

Djalma Gomes Ribeiro — 24-6-960 a 3-5-961

Mário Palmeira Júnior — 3-5-961 a 19-9-962

Djalma Gomes Ribeiro — 20-9-962 a 3-5-964

Fernando de Araújo Pureza (interventor) — 4-5-964 a 7-6-964

Mário Palmeira Júnior — 8-6-964 a 22-4-965

Mathias Maciel da Cruz 23-4-965 a ...

Augusto Lopes foi o primeiro praticante servindo de porteiro. Foi nomeado interinamente em 18 de setembro de 1843 com a remuneração de 130 mil réis anuais.



A correspondência que vinha para Maceió, diretamente da Corte, Pernambuco e Bahia, nas malas do correio marítimo que aqui desembarcavam, sofria grande demora para ser entregue aos destinatários. As malas seguiam primeiro para a capital — Alagoas — de onde as cartas destinadas a Maceió eram devolvidas.

O comerciante Paulo Joaquim Teles representou a esse respeito ao Administrador Geral dos Correios do Império Diogo Jorge Brito que, em ofício de 3 de maio de 1830¹, dirigido ao Presidente da Província Galvão, permitiu que a correspondência dirigida a Maceió fosse aqui desembarcada.

Em 1902 o transporte das malas expedidas e recebidas por via marítima era feito, do local de embarque aos navios e vice-versa, por meio de escaleres particulares, o que causava transtornos e atrasos, evitáveis, se o correio adquirisse uma lancha a vapor.²



A Administração emitiu um saque de 1866 a 67 e dois de 1868 a 69, só recomeçando esse serviço de 1877 em diante.

Em 1880 foram emitidos 141 vales postais no valor de 6:609\$800 e pagos 7 num total de 606\$000.

1 Arq. Pub. — Doc. Correio. Maço 36. E-9. 1829-1849.

2 Indicador Geral do Est. de Alagoas de 1902. pag. 262.

A primeira caixa postal urbana foi colocada no prédio onde funcionava o escritório da Companhia das Águas, nos Quatro Cantos, à rua do Comércio 77, conforme aviso publicado no Diário da Manhã de 25 de novembro de 1844.

Em 1888 já havia 5, situadas em vários pontos da cidade, e eram coletadas duas a três vezes por dia. Em 1902 havia 9.¹

Cinco distritos postais existiam em Maceió em 1888 e faziam-se 3 distribuições domiciliares por dia. Em fins de 1916 contavam-se 11 distritos e a correspondência era entregue nas residências dos destinatários às 9, 10 e 15 horas.

Após a proclamação da República o administrador Alexandre Mariz da Fonseca expediu aos agentes a circular nº 38 de 27 de novembro de 1889, recomendando que fossem abolidas as armas imperiais de todas as fórmulas, impressos, sinetes e carimbos. Novos sinetes foram remetidos às agências em 13 de maio de 1890.

Todas elas, a partir de 1º de novembro do mesmo ano, aceitaram encomendas com valor para o interior do País.

Ainda em 1890 o administrador Alexandre Mariz da Fonseca organizou um “Itinerário”, em ordem alfabética, das malas terrestres expedidas pelo correio de Maceió, o qual foi impresso na tipografia de Tertuliano Menezes.

Pedro Nolasco Maciel, então praticante, elaborou em 1892 um Indicador Postal ou Nomenclatura corográfica do Estado de Alagoas, de cuja impressão encarregou-se a tipografia do Jornal de Notícias.

Na administração de Francisco Domingues foi confeccionado um mapa corográfico postal.

Em 1903 foi inventariado todo o material existente no correio por uma comissão especialmente designada.

1 Ind. Geral do Est. de Alagoas — pag. 262.



Navito Domingues da Silva, autor da “Memória” a que tantas vezes já nos referimos, ingressou como praticante da 2ª classe no correio da Paraíba em 2 de junho de 1910, sendo transferido para Maceió em 26 de fevereiro de 1912.

Em companhia do contínuo Alberto Wanderley, foi designado, por portaria, para, em hora fora do expediente, organizar o Arquivo Postal de Maceió.

Trabalharam de 20 de fevereiro a 23 de junho de 1914 e prepararam 1.210 volumes, com 136 metros e 55 centímetros de extensão colocados lado a lado, os quais foram alojados em 10 estantes de ferro e madeira, “em sala ampla espaçosa, com mobiliário próprio e muitas janelas para o norte e poente do seu edifício próprio à Praça da Catedral.”¹ Acrescenta Navito que os documentos mais antigos datavam de 1834.

Onde estará hoje esse maravilhoso acervo? Foi incinerado? Foi transferido? A nossa Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, lamentavelmente, nada sabe informar.



Em 11 de novembro de 1915 foi iniciada uma série de conferências, destinadas a aperfeiçoar o pessoal dos correios, empreendimento digno dos maiores elogios, infelizmente não repetido nos tempos que correm.

Marcionílio Marques Duarte, amanuense, foi o primeiro conferencista e abordou o tema “Os deveres do carteiro”.

1 DOMINGUES, N. Memória.

Em 19 do mesmo mês e ano Raul Vieira Falcão, também amanuense, falou sobre “Sigilo da correspondência”. Seis dias depois, a 25, o praticante Jerônimo Sampaio de Albuquerque tratou de “A carta”.

Em 2 de dezembro do mesmo ano Mário Correia Melo discorreu acerca de “Assinaturas de jornais, revistas e publicações periódicas”, e Carlos Leão Xavier da Costa sobre “Cartão Postal”.



À medida que a cidade ia crescendo e espraiando-se em bairros e arrabaldes o correio foi pouco a pouco neles instalando agências urbanas.

A mais antiga é a de Jaraguá que foi criada em 1859 e depois passou a chamar-se de Jaraguá-Mirim.

A segunda foi a de Bebedouro fundada em 1892.

Depois veio a da Estação Central da Great Western, criada em 10 de setembro de 1914.

Em 14 de dezembro de 1915 foi criada a do bairro do Jacutinga, hoje Farol, instalada em 25 de maio de 1916 e tendo como agente o sr. José Barbosa Neto, primogênito do oficial da Administração dos Correios, dr. José Barbosa de Araújo Pereira Júnior.

Também em 14 de dezembro de 1915 foi criada a da Levada e instalada em 1º de maio de 1916.

Não conseguimos apurar em que data foram criadas as de Pajuçara, Poço, Trapiche da Barra e Moreira Lima, esta há pouco tempo suprimida. As três primeiras figuram no Guia Postal de 1940 e todas no de 1963.

A do Bom Parto foi criada em 28 de fevereiro de 1955 e a

da Ponta Grossa em 20 de outubro de 1959. No Guia Postal de 1963 a última figura como não instalada.

A do Pontal de Barra, depois denominada Pontalina, foi criada em 30 de março de 1953.

Em 1916 a agência de Jaraguá era de 2ª classe e o seu agente percebia 2:000\$ anuais. As da Great Western, Levada e Jacutinga eram de 3ª classe e os agentes ganhavam 720 mil réis por ano. A de Bebedouro era de 4ª classe e o agente tinha apenas 360\$ anuais.

A agência de Jaraguá possuía em 1890 dois carteiros com 480\$ por ano e em 1893 foi nomeado mais um. Em 1895 passaram a ganhar 840\$. A agência começou a emitir vales postais em 1898.

2) Água Branca — (M.)

A agência foi criada em 13 de julho de 1869, segundo Relatório da Diretoria Geral dos Correios de 1894, páginas 367 e 368, transcritas por Navito Domingues em sua “Memória” e de acordo com documentos oficiais existentes em nosso Arquivo Público.¹ (Daqui por diante quando após alguma data colocarmos (Memória) ou (Arquivo) o parêntese indicará onde a colhemos.) Hoje a agência é postal telegráfica.

3) Alecrim.

Município de Pão de Açúcar. O posto de correio foi criado em 23 de fevereiro de 1953 (data fornecida pela DR do DCT em Alagoas e que d’ora em diante abreviaremos (DCT)).

4) Anadia — (M).

¹ Arq. Pub., Doc. Correio. Maços 36-37.38. E.9. 1829/93.

O Presidente Vicente Camargo designou, em 2 de julho de 1834, o Coletor como Administrador (?) do correio local e o Escrivão da Coletoria como seu Ajudante. A agência foi criada em 1842 (Memória), mas Nova Monteiro diz que foi em 12.11.1859 ou em 1.2.1862.¹ Entretanto, em 6.4.1854, 1.3.1856 e 5.1.1858 era a Coletoria que recebia as malas postais (Arquivo). Hoje é agência postal telegráfica.

5) Anel.

Município de Viçosa. Agência criada em 4-10-960 (DCT) mas o Guia Postal de 1940 (com dados atualizados até maio daquele ano) já a relaciona. O Guia Postal Telegráfico de 1963 indica-a como fechada. E uma agência postal.

6) Anum.

Atual Sobradinho, no município de Palmeira dos Índios. É uma agência postal criada em 12-11-952 (DCT). O Guia de 1963 relaciona-a como fechada.

7) Arapiraca — (M).

Criada a agência em 1894 (Memória). Hoje é agência postal-telegráfica.

8) Atalaia — (M).

Em 2 de junho de 1834 o Coletor e o Escrivão foram desig-

1 MONTEIRO, Nova. Administrações e Agências Postais do Brasil Império — Brasil Filatélico — págs. 12 a 16 (soltas), sem que se possa saber a que número da revista pertencem). O general Ismar de Goes Monteiro, 2º secretário do Clube Filatélico do Brasil, informou-nos, por carta, que o trabalho de Nova Monteiro foi, parcialmente, publicado nos nºs 18 e 21 da revista. O ilustre filatelista conterrâneo, num gesto de nímia gentileza, conseguiu-nos uma cópia datilografada do trabalho completo do sr. Nova Monteiro. A ambos nosso profundo reconhecimento.

dados como Administrador e Ajudante, respectivamente, do correio. A agência foi criada em 1845 (Memória) mas Nova Monteiro diz que foi em 12-11-1859 o que R. Koester¹ confirma. Em 5-1-1858 ainda era a Coletoria que recebia as malas. Sebastião Manoel de Moraes era o encarregado do correio em 1835. Atualmente é agência postal telegráfica.

9) Azevedo Dourado (hoje Camaçari).

Município de Coruripe. É um posto de correio criado em 17-10-1950 (DCT).

10) Barra do Canhoto (atual Rocha Cavalcanti).

Município de União dos Palmares. É agência postal criada em 1894 (Memória).

11) Barra de Santo Antônio — (M).

Não conseguimos a data da criação da agência em 1916 ainda não existia, nem figura no Guia de 1940. No de 1963 aparece como agência postal fechada.

12) Barra de São Miguel — (M).

É uma agência postal criada em 1891 (Memória).

13) Batalha — (M).

No Guia de 1940 já aparece, mas o DCT dá como data da criação 20 de março de 1952. É agência postal telegráfica via telefônica.

1 KOESTER, R. — Trabalho sistemático de carimbologia — Brasil Filatélico — n°s 129, 131, 132, 133, 137, 139, 145/6 e 148. Rio de Janeiro.

14) Belo Monte — (M).

Agência criada em 13-7-1869 (Memória) e (Arquivo) com antigo nome de Lagoa Funda. Hoje é agência postal-telegráfica via telefônica.

(15) Bittencourt.

Município de Atalaia. Não sabemos a data da criação da agência. Em 1916 não existia, mas no Guia de 1940 já figura. É uma agência postal.

16) Boca da Mata — (M).

E agência postal-telegráfica via telefônica, criada em 10-11-1951 (DCT).

17) Branquinha — (M).

É também agência postal-telegráfica via telefônica. Criada em 1886 (Memória), mas Koester indica a data de 28-2-1839.

18) Cachoeira.

Município de Rio Largo. É agência postal criada em 1891 (Memória). Figura no Guia de 1940, mas o de 1963 assiná-la-á como fechada.

19) Cacimbinhas — (M).

E agência postal-telegráfica via telefônica. Não conseguimos a data da criação. Em 1916 não existia, mas o Guia de 1940 já a relaciona.

20) Cajueiro — (M).

E também agência postal-telegráfica via telefônica. Criada em 1891 (Memória).

21) Campestre.

Município de Colônia Leopoldina. É agência postal. Não sabemos a data da criação. Em 1916 não existia, mas figura no Guia de 1940.

22) Campo Alegre — (M.)

E agência postal. Também não existia em 1916, mas em 1940 já (Guia).

23) Campo Grande — (M.)

Não existia em 1916, nem figura nos Guias de 1940 e 1963. O DCT incluiu-a na lista das agências que nos forneceu em 14-8-1966.

24) Canafístula.

Município de Palmeira dos Índios. É posto de correio com serviço telegráfico via telefônica, criado em 4-11-957 (DCT).

25) Canapi — (M.)

E também posto de correio, com serviço telegráfico-via telefônica. O DCT indica a data de 13-1-1959 como a da criação.

26) Canastra.

Município de S. José da Laje. E agência postal-telegráfica - via telefônica. Não existia em 1916, mas no Guia de 1940 já está incluída.

27) Canudos (hoje Belém) — (M.)

O Guia de 1963 informa que será posto de correio. Não havia sido porém instalado.

28) Capela — (M).

Chamada primitivamente Paraíba. Município em 1890 com este nome. Em 1949 novamente denominado Capela. A agência foi fundada em 26-8-1874 (Memória) (Arquivo) e hoje é postal-telegráfica. Uma das primeiras senhoras que exerceram o cargo de agente do correio em Alagoas foi d. Luíza Godoy Cabral nomeada para Capela (Paraíba) como agente de 4ª classe em 8 de janeiro de 1892.

29) Carneiros — (M).

O DCT indica a data de 12-9-1960 como a da criação do posto de correio.

30) Carurú.

Município de S. José da Laje. Posto de correio criado em 9-6-1953 (DCT).

31) Chã Preta — (M).

Não sabemos a data da criação da agência postal. Em 1916 não existia, mas figura no Guia de 1940.

32) Colônia Leopoldina — (M).

É hoje agência postal-telegráfica. Foi criada em 8-6-1870 (Memória) (Arquivo). Em 1916 estava aberta. No Guia Postal de 1940 está relacionada como fechada. O DCT dá a data de 18-3-1952 (reabertura?).

33) Colônia Pindorama.

Município de Coruripe. Agência postal criada em 3-11-1960 No Guia de 1963 é dada como fechada.

34) Coqueiro Seco — (M).

E agência postal criada em 23-1-1906 (Memória).

35) Coruripe — (M).

Em 5 de janeiro de 1858 era a Coletoria que se encarregava do correio. Criada em 1866 a agência postal (Memória). Nova Monteiro diz que foi pelo aviso de 10-12-855 e que o agente tinha como vencimentos 50% da renda.

36) Costa Rego.

Município de Viçosa. No Guia de 1940 está relacionada, mas no de 1963 não figura mais.

37) Craíbas — (M).

Agência postal criada em 4-12-1951 (DCT). No Guia de 1963 estava consignada como fechada.

38) Delmiro Gouveia — (M).

Antiga Pedra. Não sabemos a data da criação da agência que é posta-telegráfica. Em 1916 não existia, mas no Guia de 1940 já está assinalada.

39) Dois Riachos — (M).

E agência postal-telegráfica-via telefônica. Em 1916 não existia, nem figura no Guia de 1940. No de 1963 está relacionada.

40) Engenheiro Gordilho do Castro.

Município de Arapiraca. Agência postal criada em 23-2-953 (DCT).

41) Estrada Branca.

Município de Atalaia. Posto de correio criado em 17-2-960 (DCT), mas no Guia de 1963 aparece como não instalado.

42) Fazenda Porangaba

Município de Atalaia. É uma agência postal criada em 20-2-953 (DCT).

43) Feira Grande — (M).

Ex-Mocambo. E agência postal criada em 17-2-950 (DCT).

44) Feliz Deserto — (M).

Não sabemos a data da criação da agência. O Guia de 1963 relaciona-a como agência postal não instalada.

45) Fernão Velho.

Município de Maceió. É uma agência postal criada em 1892 (Memória).

46) Flexeiras — (M).

Agência postal criada em 1892 (Memória).

47) Girau do Ponciano — (M).

Ex-Ponciano. É uma agência postal criada em 6-2-952 (DCT).

48) Iateguara — (M).

Antiga Piquete. A agência foi criada em 23-7-1884 (Memória) (Arquivo) e suprimida em 27-6-915 (?) (Memória). No Guia de 1940 figura como funcionando. Hoje é agência postal-telegráfica-via telefônica.

49) Igaci — (M).

É uma agência postal criada em 5-1-948 (DCT).

50) Igreja Nova — (M).

No início do povoamento era chamada Oitizeiro, depois Igreja Nova. Em 1890 foi denominada Triunfo e em 1928 novamente Igreja Nova. A agência foi criada em 13-7-1868 (Arquivo) (Memória) e hoje é postal-telegráfica.

51) Inhapi — (M).

Não sabemos quando foi criada esta agência. O DCT incluiu-a na lista das agências de Alagoas que nos forneceu mas não informou a data. Não figura no Guia de 1940 nem no de 1963.

52) Jacaré dos Homens — (M).

É agência postal-telegráfica via telefônica criada em 18-3-1948 (DCT).

53) Jacuípe — (M).

A agência foi criada em 15-10-1886 (Arquivo) (Memória). Em 1916 ainda existia. Figura no Guia Postal de 1940. No de 1963 não está relacionada, mas está incluída na lista da agência que nos forneceu o DCT.

54) Jequiá da Praia.

Município de Coruripe. E agência postal-telegráfica-via telefônica. Em 1916 não existia, mas no Guia de 1940 já está incluída. Não sabemos a data da criação.

55) Joaquim Gomes — (M).

Ex-Urucu. E agência postal criada em 19-10-1907 (Memória).

56) Junqueiro — (M).

É agência postal-telegráfica. Foi criada em 1891 (Memória). Em 1916 estava funcionando e figura no Guia de 1940, mas o DCT dá como data da criação 30-1-1951. Esteve fechada e foi então reaberta?

57) Lagoa da Canoa — (M).

A agência postal foi criada em 20-11-1906 (Memória), mas foi suprimida em 15-12-1915. Não sabemos em que data foi reaberta, mas no Guia de 1940 já figurava.

58) Lagoa do Rancho.

Município de Arapiraca. É um posto de correio e foi criado em 18-8-1954 (DCT).

59) Limoeiro de Anadia — (M).

A agência foi criada em 1876 (memória); em 24 de novembro daquele ano já funcionava (Arquivo). Hoje é agência postal-telegráfica.

60) Major Isidoro — (M).

Antiga Sertãozinho. Não sabemos a data da criação da agência; em 1916 já existia e hoje é postal-telegráfica via telefônica.

61) Maragogi — (M).

Era primitivamente uma povoação com o nome de Game-

la. Em 1875 foi elevada a vila com o nome de Isabel. Em 3 de julho de 1876 foi denominada Maragogi. Em informação datada de 6-4-1854 e firmada por Manoel Moraes Abreu e Lima, ajudante da Administração dos Correios, vê-se que mala do correio era enviada para a Coletoria e em 5-1-1858 ainda assim acontecia. A agência, com o nome de Vila Isabel, foi criada em 23 de fevereiro de 1876 (Arquivo) (Memória), mas Nova Monteiro diz que foi em 10-12-1855 com o nome de Gamela. Hoje é agência postal-telegráfica.

62) Maravilha — (M).

Não sabemos a data da criação da agência. No Guia de 1940 figura como não instalada. No de 1963 está relacionada como agência postal-telegráfica via telefônica.

63) Mar Vermelho — (M).

Foi criada a agência em 24-8-1910; em 1916 existia (Memória). Figura no Guia de 1940, mas deve ter sido fechada e depois reaberta, pois na relação fornecida pelo DCT a data da criação é de 2-4-1952. Hoje é agência postal-telegráfica via telefônica.

64) Marechal Deodoro — (M).

Era a capital da Província, com o nome de Alagoas, até 1839. O ano de 1825, em que foram criados os primeiros correios terrestres da Província, deve ter sido o da criação da agência pois ali era a sede do Governo. Em 19-4-1829 era agente Joaquim da Silva Freire do qual José Domingues de Carvalho era ajudante, conforme se vê em ofício que este dirigiu ao Presidente Galvão (Arquivo). Ao ser criada a administração dos correios da Província, em 1830, José Domingues de Carvalho foi nomeado Administrador. A repartição ali teve sua sede até

1839 quando foi transferida para Maceió, ficando em Alagoas uma simples agência que hoje é postal-telegráfica.

65) Maribondo — (M).

Ignoramos a data da criação do posto de correio. Em 1940 não existia, mas no Guia de 1963 figura.

66) Mata Grande — (M).

Tomou o nome de Paulo Afonso em 30 de abril de 1870. Em 25-5-1929 voltou a ser chamada Mata Grande. Em 2 de junho de 1834 o Coletor das Rendas Públicas e o seu Escrivão foram nomeados respectivamente agente e ajudante do correio. Em 17-12-1842 Antônio Manoel de Jesus Brandão era o agente e em 3-7-1843 tinha agente (Arquivo). Em 1902 era agente Francisco Vieira Damasceno.¹ Navito diz que a agência foi criada em 1844 mas, em 6-4-1854 e ainda em 5-11-1858, era a Coletoria que recebia as malas do correio. N. Monteiro dá a data de 12-11-1859 para a criação da agência, que hoje é postal-telegráfica.

67) Matriz de Camaragibe — (M).

Navito indica a data de 1869 como a da criação da agência. Koester diz que foi em 1879, o que confirma documento do Arquivo Público (24-10-1879). Maria Floripes da Silva era agente em 10-7-1889. Hoje é uma simples agência postal.

68) Messias — (M).

Ex-Floriano. No Guia de 1940 não figura e no de 1967 aparece como agência postal fechada.

¹ Indicador Geral do Estado — pag. 332.

69) Minador do Negrão — (M).

Agência criada em 23-6-1953 (DCT). No Guia de 1963 aparece como agência postal-telegráfica via telefônica não instalada.

70) Monteirópolis — (M).

Antiga Guaribas. Agência criada em 23-6-953 (DCT). No Guia de 1963 figura como posto de correio fechado.

71) Mundaú-Mirim — (M).

Atual Santana do Mundaú. Agência criada em 12 de setembro de 1883 (Arquivo) (Memória); em 1916 funcionava e no Guia de 1940 figura. O DCT dá como data da criação 2-10-1961. Terá sido fechada e então reaberta? No Guia de 1963 acha-se incluída como agência postal.

72) Murici — (M).

Agência criada em 13-7-1869 (Memória) (Arquivo). Hoje é postal telegráfica.

73) Olho d'Água das Flores — (M).

Não sabemos a data da criação da agência. Em 1916 não existia, No Guia de 1940 já aparece e no de 1963 está relacionada como agência postal-telegráfica-via telefônica.

74) Olho d'água do Casado — (M).

Figura no Guia de 1940. O DCT dá como data da criação da agência 9-10-956. No Guia de 1963 figura como posto de correio.

75) Olho d'água Grande — (M).

Não sabemos a data da criação. Não figura no Guia de 1963 mas o DCT relaciona como tendo agência.

76) Olivença — (M).

Ex-Capim. O DCT informa como data da criação da agência 1-12-960. No Guia de 1963 está incluída como posto de correio não instalado.

77) Ouro Branco — (M).

Ex-Ouro Branco de Santana do Ipanema. Agência criada em 19-9-946 (DCT). É uma agência postal-telegráfica via telefônica.

79) Palestina — (M).

Ex-Retiro. Não aparece no Guia de 1940 nem no de 1963, mas o DCT relaciona como tendo agência.

79) Palmeira de Fora.

Município de Palmeira dos Índios. Mesma situação da anterior.

80) Palmeira dos Índios — (M).

Em 10-7-1838 era agente Manoel Tavares Bastos; tendo este falecido foi o subdelegado de polícia que, anos depois, recebeu e abriu a mala do correio em 23-4-1845 (Arquivo) Em 6-4-1854 e 5-1-1858 era a Coletoria a encarregada, mas Navito (Memória) dá o ano de 1848 como o da criação e N. Monteiro a data de 2-11-1858. Hoje é agência postal-telegráfica.

81) Pão de Açúcar — (M).

Em 5-1-1858 a mala do correio era remetida para a Cole-

toria. Navito dá esse ano como o da criação da agência mas N. Monteiro diz que foi em 2-11-1858. Em 14-6-1913 foi nomeado um carteiro com vencimentos de 600\$000 anuais. A agência é hoje postal-telegráfica.

82) Pariconha.

Município de Água Branca. Não aparece no Guia de 1963, mas o DCT dá como data da criação 6-2-952 (?).

83) Paripueira.

Município de Barra de Santo Antônio. É um posto de correio criado em 16-8-1954 (DCT).

84) Passo de Camaragibe — (M).

O Presidente da Província mandou criar uma agência em 19-7-1839 e o agente, de 2ª ordem, seria o Coletor (Arquivo). Em documento de 6-4-1854 figura como agência (Arquivo). Navito (Memória) indica o ano de 1848. Koester diz que foi em 1845, mas que possui carta de 1843 com carimbo PASSO. Nova Monteiro fala em CAMAGIPE — Província de Alagoas e informa que a data da criação da agência é a do aviso de 14-1-1858 e que os vencimentos do agente eram 50% da renda. Joventina da Silva era agente em 23-5-1888. Hoje é agência postal-telegráfica.

85) Paulo Jacinto — (M).

Não sabemos a data da criação da agência. No Guia de 1940 está incluída e hoje é postal-telegráfica.

86) Penedo — (M).

Antonio do Carmo Lima era agente do correio em 1833

(Arquivo). Em 2-6-1834 o Presidente da Província Vicente Camargo designou o Coletor e o Escrivão, respectivamente, como agente e ajudante. Navito dá o ano de 1834 como o da criação (Memória) e N. Monteiro a data de 31-3-1854. Nesse ano estava relacionada como agência. Foi uma das primeiras a terem carteiros privativos; o de Penedo foi nomeado em 9-9-1867 com a diária de 800 réis; em 29-11-1876 passou para 1\$000 e em 1890 tinha 840\$ anuais. Em 1892 foi nomeado outro carteiro com os mesmos vencimentos. Em 1895 foram aumentados para 900\$. Em 1902 era agente Fontino de Mendonça. Penedo começou a emitir vales postais em 1898. Hoje é agência postal-telegráfica.

87) Piaçabuçu — (M).

Agência criada em 13-7-1869 (Memória (Arquivo)). É hoje postal-telegráfica.

88) Picada.

Município de Anadia. Não sabemos a data da criação da agência. Em 1940 não existia. No Guia de 1963 aparece como posto de correio.

89) Pilar — (M.)

Agência criada em 1850 (Memória) ou em 13-1-1849 segundo Nova Monteiro. Era então agente Martinho Fernandes de Oliveira (Arquivo). O chefe político Padre José Henriques de Amorim foi agente de 2-11-1350 a 1º de abril de 1879. Pilar teve carteiro privativo em 29-11-1876 com mil réis de diária. Em 1800 passou a ganhar 480 mil réis anuais, sendo em 1895 aumentado para 600\$. Em 1913 a agência começou a emitir vales postais. Hoje é postal-telegráfica.

90) Pindoba — (M).

Ex-Pindoba Grande. Não sabemos a data da criação da agência. Em 1916 já existia. Hoje é postal-telegráfica - via telefônica.

91) Pioca.

Município de Maceió. A agência foi criada em 13 de julho de 1869 (Arquivo). Navito dá o ano de 1874 (Memória). F. agência postal.

92) Piranhas — (M).

A agência foi criada em 5-10-1867 (Memória) (Arquivo). Atualmente é postal-telegráfica.

93) Poço das Trincheiras — (M).

Não sabemos a data em que foi criada a agência. Em 1916 não existia, mas já figura no Guia Postal de 1940. É postal telegráfica-via telefônica.

94) Porto Calvo — (M).

José Maurício Wanderley — Juiz de Paz suplente — era o encarregado do correio em 6-4-1833 (Arquivo). Em 2 de junho de 1831 o Presidente da Província nomeou o Coletor e o Escrivão da Coletoria, respectivamente, agente e ajudante. Navito indica como data de criação 1835 e Aminadab Valente (Rev. do Inst. Histórico de Alagoas, vol. XIX, ano 62, 1936/37, pag. 95) em seu artigo “Porto Calvo Histórico” diz: “A Agência do Correio funciona desde o ano de 1835.” N. Monteiro assiná-la a data de 12-11-1857. Hoje é agência postal-telegráfica.

95) Porto de Pedras — (M).

O nome antigo era Porto Real de Águas Belas. O Coletor e o Escrivão da Coletoria foram nomeados agente e ajudante em 2-6-1834. Navito dá o ano de 1847 como o da criação da agência (Memória) e N. Monteiro a data de 28-11-1847 Hoje é postal-telegráfica.

96) Porto Real do Colégio — (M).

Agência criada em 13-7-1869 (Memória) (Arquivo). Hoje postal-telegráfica.

97) Porto da Rua.

Município de Porto de Pedras. Aparece somente no Guia de 1953 como posto de correio não instalado.

98) Poxim.

Município de Coruripe. O Coletor e o Escrivão foram nomeados, respectivamente, agente e ajudante em 2-6-1834. Em 6-4-1854 e ainda em 5-1-1858 era a Coletoria que recebia as malas do correio. A agência foi criada em 13-7-1869 (Arquivo) embora Navito indique 1845 (Memória) e N. Monteiro 12-11-949; em 15-12-1915 foi suprimida. No Guia de 1940 volta a figurar, embora o DCT informe como data da criação (?) 15-6-1961. Na Guia de 1963 está incluída como agência postal telegráfica-via telefônica.

99) Quebrangulo — (M).

Recebeu o nome de Victoria em 27-9-1890, mas em 20 de junho de 1928 voltou a ser chamada Quebrangulo. A agência foi criada em 1874 (Memória) e hoje é postal-telegráfica.

100) Riacho do Sertão (hoje São Marcos) — (M).

Pertencia ao município de Major Isidoro. É um posto de correio criado em 18-8-954 (DCT).

101) Rio Largo — (M).

A agência foi criada em 27-12-1915 e instalada em 1-5-1916 (Memória). É agência postal.

102) Rua Nova.

Município de Quebrangulo. É agência postal criada em 17-2-950 (DCT).

103) Santa Luzia do Norte — (M).

O Coletor e o Escrivão foram designados em 2-6-1834 respectivamente agente e ajudante do correio. Em 1850 o coletor Manoel Pereira Dias era o encarregado (Arquivo). Em 5 de janeiro de 1858 ainda era a Coletoria que recebia as malas. A agência foi criada em 1860 segundo Navito (Memória) e em 26-11-1855 segundo N. Monteiro. Em 1902 era agente José Luís Pires Lins. É hoje uma agência postal.

104) Santana do Ipanema — (M).

Não sabemos ao certo a data da criação — documentos do Arquivo Público indicam duas datas: 13-7-1869 e 14-9-870. Navito indica só o ano o primeiro. Hoje é agência postal-telegráfica.

105) São Brás — (M).

A agência, que hoje é postal-telegráfica-via telefônica, foi criada em 28-11-1879 (Memória) (Arquivo).

106) São José da Laje — (M).

O nome antigo era Laje do Canhoto. A agência foi criada em 1835 (Memória) e é atualmente postal-telegráfica.

107) São José da Tapera — (M).

Não figura no Guia Postal de 1963, mas o DCT a inclui na lista das agências existentes em 14-8-1966.

108) São Luís do Quitunde — (M).

A agência foi criada em 3-2-1873 (Memória) (Arquivo). Hoje é postal-telegráfica.

109) São Miguel dos Campos — (M).

Em 2-6-1834 o Coletor e o Escrivão da Coletoria foram nomeados respectivamente agente do correio e ajudante. Navito diz que a agência foi criada em 1842 mas N. Monteiro informa que foi em 26-11-1855. Em 6-4-1854 era agência (Arquivo). Teve carteiro com 600\$ anuais em 14-6-1913 e hoje é postal-telegráfica.

110) São Miguel dos Milagres — (M).

Agência criada em 23-8-1880 (Arquivo). Navito indica 1886 (Memória). É uma agência postal.

111) São Sebastião (ex-Salomé) — (M).

Agência criada em 1892 mas suprimida em 15-12-1915 (Memória). No Guia de 1940 na figura. O DCT indica a data de 1-12-1960 como o da criação (ou reabertura?).

112) Sapucaia.

Município de Atalaia. Agência postal criada em 25-11-

1906 (Memória). Figura no Guia de 1940 mas no de 1963 é dada como fechada.

113) Satuba — (M).

Foi criada a agência em 1895 (Memória). Em 1916 existia; figura no Guia de 1940 e no de 1963. Mas o DCT indica como criada em 8-9-952. E agência postal.

114) Saúde.

Município de Maceió. E agência postal criada em 30-5-1953 (DCT).

115) Serra Grande.

Município de São José da Laje. É agência postal criada em 27-6-1916 (Memória).

116) Tabuleiro dos Martins.

Município de Maceió. E agência postal criada em 9-6-953 (DCT).

117) Tanque d'Arca — (M).

Agência criada em 1892 (Memória). Figura no Guia Postal de 1940, mas o DCT dá como data da criação a de 22 de abril de 1952. É agência postal-telegráfica-via telefônica.

118) Taquarana (ex-Cana Brava dos Pais) — (M).

Agência criada em 1894 (Memória). Em 1916 estava funcionando. Figura no Guia de 1940 e no de 1963 mas o DCT dá como data da criação a de 28-6-961. E agência postal.

119) Tatuamunha.

Município de Porto de Pedras. É posto de correio criado em 7-12-960 (DCT) mas que o Guia de 1963 relaciona como não instalado.

120) Traipu — (M).

Antigo Porto da Folha que recebeu oficialmente o nome de Traipu em 1870. Em 31-1-1843 Antônio Pedro de Melo era o agente postal (Arquivo). Em 6-4-1854 e ainda em 5-1-1858 era a Coletoria que recebia as malas do correio. Navito indica o ano de 1860 como o da criação da agência e N. Monteiro a data de 12-6-1859 com o nome de Porto da Folha. Em 1902 era agente Manoel de Santana Leite. Hoje é agência postal-telegráfica.

121) União dos Palmares — (M).

Foi chamada sucessivamente Macacos, Santa Maria Madalena e Vila Nova da Imperatriz, recebendo em 1889 o nome de União. Em 6-3-1835 era agente Norberto Bezerra de Vasconcelos e em 14-3-1843 José Carvalho de Amorim (Arquivo). Em 6-4-1854 e ainda em 5-1-1858 era a Coletoria que recebia as malas postais. A Memória de Navito indica o ano de 1845 como da criação da agência e N. Monteiro diz que foi em 12-11-1859 com o nome de Imperatriz. Hoje é postal-telegráfica.

122) Urupema.

Município de Atalaia. Agência criada em 30-10-1902 (Memória). No Guia de 1963 figura como agência postal fechada.

123) Usina Brasileiro.

Município de Atalaia. Agência criada em 26-6-910 (Memó-

ria). Figura no Guia de 1940 mas no de 1963 está relacionada como agência postal fechada.

124) Usina Sinimbu.

Município de São Miguel dos Campos. Não sabemos a data da criação. Em 1916 ainda não existia (Memória). Figura no Guia de 1940. O de 1963 indica-a como agência postal fechada.

125) Utinga.

Município de Rio Largo. Ignoramos a data da criação. Em 1916 não existia, mas figura nos Guias de 1940 e 1963.

126) Viçosa — (M).

Antiga Vila Nova da Assembleia. Em 1890 passou a chamar-se Viçosa. Em 31-12-1943 voltou ao nome de Assembleia, mas em 17-9-1949 retornou ao de Viçosa. Em 15-4-1841 era agente do correio Manoel Gomes Brasil (Arquivo). Navito indica e ano de 1845 como o da criação da agência, mas em 6-4-1834 e ainda em 5-1-1858 era a Coletoria que recebia as malas postais. Koester informa que a data da criação foi a de 12 de novembro de 1859 e o mesmo diz N. Monteiro. Em 1902 o agente era Mário Venâncio dos Santos. Em 14-6-1913 foi nomeado um carteiro com 600\$ por ano. A agência é hoje postal telegráfica.



AGÊNCIAS SUPRIMIDAS

Barra Grande.

Município de Maragogi. A agência foi criada em 13-7-1869

(Arquivo). Deve ter sido suprimida antes de 1894, pois no Relatório dos Correios daquele ano, citado por Navito, não figura.

Bom Jardim.

O Indicador Geral do Estado de Alagoas de 1902, página 221, diz que é “povoado muito florescente em Santa Luzia do Norte, estação da via férrea.” A agência foi criada em 1892; em 1916 ainda existia (Memória). O Guia de 1940 informa que é Mundaú, no município de Murici, e que estava fechada. No Guia de 1963 não há qualquer referência a respeito desta agência.

Branca.

Município de Atalaia. A agência foi criada em 23-7-1884 (Memória) (Arquivo) (Koester). O relatório de 1894 diz que foi suprimida sem informar quando.

Casa Branca.

Não conseguimos localizar esta agência. Foi criada em 26-10-1877 (Arquivo). Não sabemos quando foi suprimida. O Relatório de 1894, citado por Navito, não a menciona.

Entre-Montes.

Município de Piranhas. Agência criada em 17-12-1904 e suprimida em 10-9-914.

Gameleira.

Município de Capela. Não sabemos a data da criação da agência, mas d. Ana de Souza Chaves era agente em 26-1-1892. Em 1916 existia. O Guia de 1940 dá a entender que é a

mesma Costa Rego, mas o de 1963 reza: “Gameleira Agência postal fechada Via Costa Rego.”

Ingazeira.

Município de Marechal Deodoro. Agência criada em 15 de julho de 1885. O Relatório de 1894 não a menciona, nem existia em 1916.

Itamaracá.

Estação da antiga Great Western. Agência criada em 1893, mas em 1894 já havia sido suprimida.

Jundiá.

Município de Porto Calvo. Agência criada em 1894 e no mesmo ano suprimida.

Lourenço de Albuquerque.

Estação da antiga Great Western. Agência criada em 1895 e suprimida em 27-12-1915, mas em 1916 existia. Está incluída no Guia de 1940, porém não figura no de 1963 nem na lista de agências do Estado que o DCT nos forneceu.

Nicho.

Município de Murici. Agência criada em 1894. Figura no Guia de 1940, mas não aparece no de 1963.

Riacho Doce.

Município de Maceió. Agência criada em 1892. Em 13 de fevereiro de 1892 d. Maria do Carmo de Souza Coimbra era a agente. No Relatório de 1891 figura como suprimida (Memória). No Guia de 1940 aparece mas não consta no de 1963 nem na lista do DCT.

Roçadinho.

Município de São José da Laje. Agência criada em 29 de novembro de 1906. Em 1916 ainda existia mas no Guia de 1940 não mais se acha incluída

Santa Efigênia.

Município de Capela. Foi criada a agência em 23-7-1884. O Relatório de 1894 informa haver sido suprimida.

Santo Antônio da Boa Vista.

Município de Murici. Em 18-6-1884 propunha-se a criação da agência (Arquivo). Figura no Relatório de 1894 como tendo sido criada em 1884, mas já havia sido suprimida (Memória).

São Bernardo.

Não conseguimos localizar esta agência. Havia uma rua com este nome e ainda há, na Levada, em 1902 (Indicador) Será que esta agência estava nela situada? Foi criada em 21 de junho de 1910 mas suprimida em 15-12-1915 (Memória). Há um povoado com este nome no município de Porto Calvo. Seria lá a agência?

São José do Bolão.

Município de União dos Palmares. Agência criada em 1872 (Memória) ou em 15-7-1885 (Arquivo). Em 1916 existia mas no Guia de 1940 não mais está incluída.

d) CORREIOS AMBULANTES EM ALAGOAS

O correio ambulante, como o nome indica, é aquele que se desloca, instalado em trens ou embarcações ou outros meios de locomoção. Em Alagoas só utilizou os dois primeiros, recebendo as denominações de terrestre e fluvial.

Em 1900 esse serviço ambulante era feito por condutores de malas nas vias férreas Alagoas Railway e Paulo Afonso (nome dado por causa da Cachoeira de Paulo Afonso, nada tendo a ver com a cidade de Mata Grande que teve aquele nome de 1870 a 1929) e em navios no rio São Francisco.

O alojamento dos condutores era um acanhado espaço no vagão de bagagens, onde não havia comodidade, nem garantia, nem segurança. O número de correspondências era grande, o que aumentava o desconforto dos funcionários, que eram uns sacrificados. Manoel Rodrigues da Costa Pires era o decano do correio ambulante em Alagoas quando faleceu em 16-5-1916. (Memória).

The Alagoas Brazilian Central Railway Company Limited, também conhecida pelo nome de Cia. Anônima da Imperial Estrada de Ferro de Alagoas, era a concessionária de um ramal que partia da rua do Livramento e chegava a Bebedouro, com 5 km de extensão e que foi inaugurada em 19 de outubro de 1872. Esta linha foi prolongada depois até União dos Palmares — então Imperatriz —, inaugurando-se o tráfego em 3 de dezembro de 1884. No governo do Cel. Pedro Paulino da Fonseca cuidou-se de estendê-lo para Pernambuco.

A Estrada de Ferro Paulo Afonso ligava Piranhas (Alagoas) a Jatobá de Tacaratu, depois Itaparica e hoje Petrolândia, em Pernambuco. Os estudos foram aprovados em 57-1879 pelo

Governo Imperial e a estrada completou-se em 2-8-1883.

Uma linha da Alagoas Railway para Viçosa, partindo de Lourenço de Albuquerque, foi inaugurada em 1891.

Em 1889 a Great Western Brazil Railway iniciou conversações com o Governo Federal e em 1901 foi aprovado contrato de arrendamento para as vias férreas do Nordeste, inclusive as de Alagoas.

Sob sua direção a linha de Viçosa em fins de 1912 alcançava Quebrangulo, atingindo Palmeira dos Índios em 1934 e estendendo-se posteriormente até Porto Real do Colégio, passando por Igaci, Arapiraca e Campo Grande.

Em 1950 o Governo Federal encampou a Great Western, que hoje forma a Rede Ferroviária do Nordeste, pertencente a Rede Ferroviária Federal.



O Serviço Fluvial, no São Francisco, foi criado em 4-1-1879 quando foi assinado contrato com Antônio Ulisses de Carvalho e José Maria Gonçalves Ferreira para o serviço de navegação a vapor naquele rio, indo de Penedo até Piranhas, com uma viagem de ida e volta por semana. Os navios tocavam em Propriá (Se), Traipu (Al), Cural de Pedras e Gararu (Se) Pão de Açúcar (Al). A escala foi depois alterada beneficiando Porto Real do Colégio, Ilha do Ouro e Belo Monte (Al). (Memória).

Em 1900 já se fazia sentir a necessidade de mais uma viagem. A Companhia Pernambucana, então concessionária, tinha uma subvenção de 56:200\$ anuais para atender ao serviço do correio mas não satisfazia.



Houve um serviço fluvial, ou melhor, lacustre na lagoa Manguaba, que foi fechado por deficiente a pedido da Administração dos Correios. Em 1900 a Companhia Pilarense ia receber uma subvenção de 6:000\$ e aquela repartição supunha que seriam bons os seus serviços.

Na lagoa do Norte nunca houve serviço ambulante embora fosse, se existisse, de grande utilidade para Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco e de menor para Fernão Velho, pois neste toca a estrada de ferro (Memória).



Sede dos Correios de Maceió na década de 1950, Rua do Sol. Foto Stuckert

IX CARIMBOLOGIA ALAGOANA

Hesitamos, e muito, perante a inclusão deste capítulo neste singelo trabalho, dado o seu caráter eminentemente técnico. Seu valor histórico é, porém, indiscutível e assim decidimos escrevê-lo. Tentaremos, contudo, torná-lo menos árido a fim de que os não filatelistas dele possam tirar algum proveito.

O estudo dos carimbos postais do Brasil, especialmente dos da época imperial, é, sem dúvida, fascinante mas extremamente difícil.

O número elevado de nossas agências postais, mesmo no tempo do Império, torna impossível reunir uma coleção completa de seus carimbos. De muitas agências todos se perderam e não se conhece nem um.

Crescem os percalços quando se trata dos carimbos mudos de que tanto se abusou sobre selos imperiais. Somente quando em sobrecarta, ou inteiro, ou grande fragmento é factível identificar a agência de origem. Ainda fora da classe dos mudos muitas vezes a parte do carimbo que se encontra sobre o selo isolado é tão pequena, ou tão borrada ou tão apagada que se torna impossível apurar a que agência pertencia.

Mesmo sobre selos da República há grande dificuldade na identificação de carimbos. Houve períodos, convenhamos, em que eram límpidos e legíveis mas na atualidade, principalmente em se tratando de agências de menor importância, o carimbo nada mais é que um borrão.

Associem-se a tudo isso os carimbos manuscritos, na maioria simples traços de tinta ou lápis,¹ e o problema das localidades homônimas situadas em diversas Províncias, hoje Estados, ter-se-á uma ideia de como é vasto o campo da carimbologia patricia.

Um dos pioneiros no desbravamento desse cipoal foi o dr. Mario de Sanctis, 1º Secretário da Sociedade Filatélica Paulista, que em 1927 publicou um folheto acerca de “Carimbos e Marcas Postais no Brasil”.

Em 1937 surgiu o magnífico *Catálogo de Carimbos* (Brasil Império) organizado e editado por Paulo Ayres, obra fundamental e indispensável aos afeiçoados da carimbologia.

No número correspondente a Janeiro a Abril de 1961 do *Brasil Filatélico*, órgão oficial do Clube Filatélico do Brasil,

1 A inutilização manuscrita era autorizada, conforme se vê do seguinte documento constante do Maço 194, Estante II, Ministério do Império, avisos 1842/46, do Arquivo Público de Alagoas e do qual o dr. Moacir Santana, seu ilustre diretor, gentilmente ofertou-nos uma cópia:

“Ilmo. e Exmo. Snr.

Sendo muito dispendioso que todas as administrações e agências de correio tenham os carimbos de que trata o Aviso de 26 de janeiro de 1841: Manda Sua Majestade o Imperador declarar a V. Exa. que devem ser tão somente providas de tais carimbos as Administrações e Agências dessa Província, que forem de grande expediente; conservando-se contudo (sic) o uso deles naquelas, que, suposto não estejam neste caso, já os possuírem e fazendo-se nas outras as mesmas declarações que os carimbos contém, em letra de mão. O que comunico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus guarde a V. Ex... Palácio do Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1843.

Ass. José Antônio da Silva e Rosa (?) Snr. Presidente da Província das Alagoas

Reinhold Koester iniciou um “Trabalho sistemático de carimbologia” que, como ele próprio afirma, será “árduo, profundo e exaustivo”, estudando os carimbos do Império, abordando cada qual das agências daquela época por ordem alfabética. Na última parte publicada, no número correspondente a Outubro a Dezembro de 1965 da citada revista, ainda se achava no início da letra C. Quando terminada será obra de valor inestimável para a filatelia e a história postal do Brasil.

Outros, em artigos ou volumes esparsos, como o belo livro “Império do Brazil-1843/1889, Commemorating the First Postage Stamps of Brazil”, editado em 1943 pela “*The American Philatelic Society, Inc.*”, têm dedicado seu tempo e seu esforço à carimbologia brasileira.

Hoje raro é o filatelista que não lhe dá a merecida atenção.



A carimbologia alagoana, além dos óbices acima referidos, tem, como maior de todos, a raridade do material para estudo.

São de extrema escassez carimbos alagoanos sobre selos do Império e mesmo dos primeiros anos da República. Ainda hoje é difícil obterem-se carimbos de certas localidades.

Por dezenas de anos após criação do serviço postal em Alagoas somente poucas cidades e vilas do interior dispunham de agências. Na maioria delas era a Coletoria de Rendas Públicas que a Administração, em Maceió, encaminhava as malas do correio. Possuíam carimbos? Não se sabe.

Na elaboração destas notas utilizamos-nos das obras acima referidas, de catálogos de leilões onde são reproduzidos em excelentes fotografias selos brasileiros imperiais e do material constante de nossa coleção.

Paulo Ayres figura, em seu catálogo, 1.125 carimbos que chama, conforme sua classificação, de mudos e grafados com algarismos e números e letras em geral, mas sem elementos que permitam a identificação de suas agências de origem, o que só se consegue, como acima indicamos, quando em fragmento ou sobrescritos nos quais se encontrem outros dados que esclareçam aonde foram postados.

De poucos, entre esses 1.125 carimbos, sabe-se a agência — nenhuma, porém, de Alagoas e jamais vimos algum citado ou figurado em outra obra e nenhum possuímos em nossa coleção. Será que em nossa Província não foram adotados os carimbos mudos?

Restam-nos, pois, para analisar, somente aqueles que por meio de legendas neles contidas são de fácil identificação.

Carimbos alagoanos anteriores ao aparecimento dos selos de correio são raridades de primeira ordem. Temos notícia apenas de um como adiante veremos.

Para orientação dos que nos lerem relacionamos abaixo as séries de selos ordinários (não comemorativos — pois esta praga só começou em nosso País em 1900) que o Brasil emitiu até hoje e nos quais fundamentamos os nossos estudos. Ao lado do ano da emissão colocamos os nomes pelos quais são conhecidos em linguagem filatélica.

1843 — Olhos-de-Boi

1844 — Inclínados.

1850/54 — Olhos-de-cabra.

1866 — Pedro II, barbas pretas, denteados.

1876 — Idem. Cortados em linhas.

- 1878/79 — Pedro II, barbas brancas, cortados em linhas.
- 1878 — Pedro II, verde e amarelo.
- 1881 — Pedro II, cabeça pequena.
- 1882 — Idem cabeça grande.
- 1884 — Tipos diversos.
- 1890 — Cruzeiro
- 1891 — Tintureiro.
- 1893 — Cabecinha da República.
- 1894/1904 — Tipos alegóricos.
- 1906/15 — Vultos célebres.
- 1918/20 — Efigie da República.
- 1920 — Série vovó.
- 1941/54 — Série netinha com valor mil réis e em cruzeiros.
- 1954/? — Série bisneta, em curso, e ainda
- 1889 — Selos para jornais.

Chamamos ainda a atenção do leitor para o fato de que os carimbos postais brasileiros, de infinita variedade na época imperial, foram depois uniformizando-se e na República todos são do tipo circular com data e inscrições, exceção feita dos carimbos comemorativos especiais, dos quais nos abstraímos neste trabalho.

Abordaremos em primeiro lugar Maceió e depois as outras agências em ordem alfabética, as agências suprimidas e final-

mente o correio ambulante.



1) Maceió

Era a capital da Província e sede da Administração dos Correios quando surgiram os primeiros selos postais brasileiros em 1º de agosto de 1843. Não sabemos em que data foram recebidos aqui.

Os primeiros carimbos usados para inutilização dos selos devem ter sido do modelo circular — tipo primitivo com data (classificação Paulo Ayres) e com a inscrição “Correio Geral das Alagoas”.

No catálogo da coleção do dr. J. A. de Almeida Dias, levada a leilão em Londres em 7/8 de março de 1963 por Harmer Rooke, na plancha 12 — nº 169 encontra-se a fotografia de um par de 60 rs. — olho-de-boi com esse carimbo e datado de 27-9-1844, que é data mais recuada que conhecemos.

Paulo Ayres no seu catálogo, sob o nº 1604, reproduz esse tipo de carimbo com a data de 18-12-1844, o qual também aparece, com a mesma data, na página 32, figura 6, da obra Império do Brazil, a que já nos referimos.

Em um recorte de jornal ou revista, que não conseguimos identificar, vê-se uma fotografia de um par de 60 rs. — olho de-boi com o mesmo carimbo datado de 14-1-1845.

Em nossa coleção possuímos esse carimbo, infelizmente com as datas ilegíveis (desgaste?), sobre os seguintes selos:

1844 — Inclinação - 60 rs.

1850/54 — Olhos-de-cabra:

30 rs. tira de 3 sobre fragmento

30 e 60 rs. sobre fragmento 30 e
90 rs. sobre fragmento
90 rs. par sobre fragmento.

Temos ainda, sobre selos imperiais de 1882/4, outros carimbos da Administração. São menores, circulares com data e com a inscrição “Adm. dos Correios — Alagoas”. Possuímo-los com as seguintes datas: 18-3-83, Março 1890 e, em selo para jornais de 1889, com a data 2-8-89. Temos ainda outros exemplares do mesmo carimbo com datas ilegíveis.

Atualmente nossa Administração dos Correios é a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Alagoas e utiliza inúmeros carimbos, datados, com diversas inscrições, como: Alagoas — 4ª secção — Manhã, Tráfego Postal — 5ª turma — Alagoas, 1º T. Tráfego Postal — S. Aéreo — Tarde — DR. AL., 1ª Turma — 4ª secção — DR. AL. e outros que seria fastidioso citar.

—::—

Especificamente de Maceió há um carimbo com legenda com cercadura sem data (classif. Paulo Ayres) que este incluiu no seu catálogo sob o nº 1344 e que consta de um retângulo com o nome MACEIÓ. Ayres indica os selos de 1854 como os mais antigos em que foi encontrado e a obra Império do Brazil assinala-o, em azul, sobre aqueles selos.

Em um dos números do Brasil Filatélico, que não pudemos identificar, pois acha-se encadernado e sem capa, encontra-se um artigo intitulado “O 1º Centenário dos Olhos-de-Boi visto através da coleção do sr. Saul Newbury”, de L. G. Brookman, tradução e adaptação do Cap. Plácido da Costa Barreto e ao qual foi anexado o trabalho “Carimbos sobre Olho-de-Boi”,



Bilhete Postal com os primeiros carimbos com a legenda Capital Federal. Circulado em 30 de dezembro de 1890 na cidade do Rio de Janeiro

de Paulo Ayres, transcrito do Boletim Filatélico Bandeirante — vol. II — Dez. 1942 — n° 2, no qual o autor (P. Ayres) dá a relação dos mesmos, incluindo alguns que não constam do seu catálogo, entre os quais um de Maceió. Lamentavelmente não fica esclarecido se é idêntico ou diferente do que tem o n° 1344.

No catálogo de Paulo Ayres está figurado também carimbo circular comum com a inscrição Maceió-Alagoas a data de 6-9-86, e citado, sem figurar, outro do mesmo tipo com a inscrição Maceió, sem Alagoas.

Em nossa coleção temos, da mesma classe, carimbos sobre os seguintes selos:

1882 — Maceió-Alagoas — 5-8-86

1884 — Maceió — data ilegível

1884 — Maceió — 30-SET-86

1899 — Jornais: Maceió-Alagoas 9-11-92

1889 — Jornais: Maceió-Alagoas 3-7-93 e ainda sobre os seguintes: 1890, 1891, 1893, 1894/1904 e em todas as demais séries até hoje.

Agências urbanas (de Maceió).

Possuímos dois interessantes carimbos sobre selos de 1894/1904 e 1906/15 com a inscrição “Correio Urbano-Maceió”. Serviriam para todas as agências urbanas?

a) Jaraguá.

E a mais antiga. Paulo Ayres registra no Catálogo sob o nº 1345 um belo carimbo, do grupo das legendas com cercadura sem data, com a inscrição “Agência do Correio de Maceió em Jaraguá” e indica como os selos mais antigos sobre os quais foi encontrado os de 1866. Possuímos em nossa coleção um par de 50 rs. daquele ano, sobre fragmento, com esse carimbo.

Paulo Ayres relaciona também no catálogo, entre os circulares comuns com data, Jaraguá e P. de Jaraguá (o P. será de Porto?) e figura um com a inscrição Jaraguá e a data de 30-4-86.

Temos em nossa coleção este tipo sobre selos de: 1884, 1890, 1893, 1894/1904 e em todas as séries desde esta data até hoje, quando aparece com a legenda Jaraguá-Mirim.

b) Bebedouro.

Só temos carimbos sobre selos das séries vovó e netinha.

c) Estação Central (da Great Western).

Temos carimbos sobre selos de 1905/15 (data 27-8-1915, ou 16?), 1918/20 e vovó.

d) Farol (antiga Jacutinga).

Desconhecemos carimbo com legenda Jacutinga; com a de Farol temos sobre selos das séries netinha e bisneta.

e) Levada.

Possuímos carimbos sobre selos das séries de 1918/20 Vovó e bisneta.

f) Pajuçara.

Temos um único carimbo sobre selo da série netinha com a data de 13-7-945.

g) Poço.

Constam da nossa coleção carimbos sobre selos das séries vovó, netinha e bisneta. O primeiro com data de 22-7-939.

h) Avenida Moreira Lima.

Temos carimbos em selos da série vovó, data ?-4-940 (ou 49?) e netinha, sendo o mais recente de 1954.

i) Ponta Grossa.

Temos carimbo circular com legenda “P.C. Ponta Grossa-DR-AL” em selos da série bisneta, data 17-2-67.

Do Trapiche da Barra, Bom Parto e Pontal da Barra (Pontalina) desconhecemos qualquer carimbo.

2) Água Branca.

Koester dá a fotografia de um carimbo circular, datado de 22-3-90 mas diz que não sabe se é de Água Branca (Al) ou

de Água Branca (SP). Paulo Ayres relaciona entre os circulares comuns Água Branca, mas não informa se é a nossa. Temos carimbos em nossa coleção sobre selos de 1894/1904, 1918/20, vovó, netinha e bisneta.

3) Alecrim.

Possuímos carimbos sobre selos da série bisneta.

4) Anadia.

Paulo Ayres figura no seu catálogo, sob o nº 1199, um carimbo de legenda com cercadura sem data com o nome ANADIA em um retângulo, encontrado em selos de 1878. Na lista dos circulares comuns com data inclui Anadia. Koester só faz referência a esses. Em nossa coleção temos sobre selos da série 1884, 1906/15, vovó, netinha e bisneta.

5) Anel.

Possuímos carimbos sobre selos das séries vovó e netinha (com data 1949).

6) Arapiraca.

Temos carimbos nas séries 1918/20, vovó, netinha e bisneta.

7) Atalaia.

Koester diz que tem circular comum com data de 20-4-87 (com abril escrito à mão) e dá a fotografia de outro sobre selo da série Cruzeiro. Possuímos em nossa coleção nas séries

1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó, netinha e bisneta.

8) Barra do Canhoto. (Atual Rocha Cavalcante).

Temos com o nome primitivo em selos das séries vovó e netinha (nesta com data de 23-10-943).

9) Batalha.

Só temos sobre série bisneta.

10) Belo Monte.

Possuímos carimbos sobre selos das séries 1894/1904 (legenda Belmonte) e das séries vovó e netinha.

11) Branquinha.

Temos sobre selos de 1906/15, vovó e netinha.

12) Cachoeira.

Possuímos em selo Cabecinha (data 26-8-91) e 27-10-93) vovó e netinha.

13) Cacimbinhas.

Temos em vovó e netinha.

14) Cajueiro.

Possuímos em Cabecinha (data 24-7-94), em selos de 1894/1904 (com data de 1895) e em 1918/20, vovó, netinha e bisneta.

15) Campo Alegre (ex-Mosquito).

Temos em série vovó (com data de 1925) e netinha. Com (nome Mosquito sobre bisneta (data 4-8-957).

16) Canapi.

Um exemplar sobre bisneta.

17) Capela.

Paulo Ayres figura um carimbo, tipo legenda com cercadura sem data, sob o nº 1259, encontrado em selo de 1844. Sobre o nº 1136 figura uma legenda simples sem data (sobre selo de 1881) e relaciona, sem figurar, um carimbo circular comum com data com a inscrição CAPELLA. Serão todos da nossa? Não acreditamos, pois o nome Parahyba era então usado.

Ayres indica também um circular comum com data com o nome Parahyba; mas é da cidade ou Província?

Temos em nossa coleção com o nome Parahyba em selos de 1882, 1894/1904, 1906/15, 1918/20 e vovó. Com o nome Conceição do Paraíba possuímos em netinha e com o de Capela em vovó (data de 1934) e netinha (data de 1956).

18) Chã Preta.

Temos sobre netinha (datado de 1947) e bisneta.

19) Colônia Leopoldina.

Temos em vovó com o nome Leopoldina e em bisneta com a legenda Colônia Leopoldina (datas ilegíveis).

20) Coqueiro Seco.

Um exemplar em bisneta.

21) Coruripe.

Temos em selo Cruzeiro (datado de Jan. 93) e em 1894/

1904, 1918/20, vovó e netinha.

22) Delmiro Gouveia (antiga Pedra).

Temos com o nome de Pedra em vovó e netinha e com o nome de Delmiro em netinha.

23) Fernão Velho.

Possuímos carimbos em selos de 1894/1904 e de 1906/15.

24) Flexeiras.

Possuímos com o nome Frecheiras sobre Tintureiro (data 28-11-91 e com a legenda Flexeiras sobre netinha.

25) Ibatiguara (antiga Piquete).

Temos com este nome em selos da série netinha.

26) Igaci.

Temos também em netinha.

27) Igreja Nova (ex-Triunfo).

Paulo Ayres relaciona, sem figurar, entre os circulares comuns com data, Triunfo. Temos com este nome em selos de 1884, 1894/1904 e vovó e com o de Igreja Nova em vovó e netinha.

28) Jacuípe.

Temos em selo da série bisneta com data de 19-10-963.

29) Jequiá da Praia.

Possuímos carimbo sobre selo da série vovó com data de

11-2-942.

30) Joaquim Gomes (antiga Urucu).

Temos com a denominação Urucu sobre netinha.

31) Junqueiro.

Temos em netinha e bisneta.

32) Lagoa da Canoa.

Possuímos em selo da série vovó com a data de 2-12-941 e da bisneta com data ilegível.

33) Limoeiro de Anadia.

Temos sobre vovó, netinha e bisneta.

34) Major Isidoro (antiga Sertãozinho).

Temos com o nome Sertãozinho em selos de 1906/15, 1918/23, vovó e netinha e com o nome atual em netinha.

35) Maragogi.

Possuímos um par de 10 rs. inclinado com as letras ISA em borra de vinho. A legenda simples deve ter sido ISABEL mas não acreditamos que a agência postal fosse a de Alagoas, embora Maragogi tivesse, então, o nome de Vila Isabel. Temos carimbos circulares comuns sobre selos de 1894/1904 e netinha com o nome de Maragogi.

36) Maravilha.

Possuímos em selos das séries netinha (datado de 7-9-945) e bisneta.

37) Mar Vermelho.

Temos em selos de 1918/20, vovó (data 1940) e netinha (data 1945).

38) Marechal Deodoro (ex-Alagoas).

Apesar de ter sido capital da Província e sede da Administração dos Correios até 1839 não conhecemos nenhum carimbo precursor (isto é usado antes do aparecimento dos selos postais). Paulo Ayres não menciona carimbo algum do Alagoas (cidade).

Possuímos circular comum sobre selos para jornais de 1889 com a data de 7-5-91 e a inscrição Alagoas-Alagoas. Com legenda Cid.e e Cidade de Alagoas temos em selos de 1906/15, 1918/20 e vovó; com o nome de Marechal Deodoro em bisneta.

39) Mata Grande (ex-Paulo Afonso).

Temos com este nome em selos de 1894/1904 (data 4-298, 1906/15 e vovó; com o nome de Mata Grande em netinha e bisneta.

40) Matriz de Camaragibe

Temos carimbos em selos de 1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó e netinha. Vimos um circular comum em selo de 200 rs. de 1882 (data ilegível) na coleção do dr. Jayme L. de Altavilla.

41) Monteirópolis.

Possuímos carimbo em selos da série bisneta (data ilegível).

42) Murici.

Paulo Ayres figura entre os circulares comuns um de Murici com data de 4-12-79. Possuímos sobre selos de 1918/20, vovó e netinha.

43) Olho d'Água das Flores.

Temos em vovó e netinha.

44) Palmeira dos Índios.

Paulo Ayres não menciona qualquer carimbo desta agência. Temos um circular comum com data sobre selo de 1866 (data 1-2-79) e outro sobre selo de 1876. Possuímos ainda carimbo em selos de 1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó e netinha. Em netinha há um carimbo com a inscrição Maceió Palmeira dos índios.

45) Pão de Açúcar.

Temos exemplares em selos de 1882, 1894/1904, vovó, netinha e bisneta.

46) Paripueira.

Possuímos sobre bisneta.

47) Passo de Camaragibe.

Koester diz que tem envelope de 1843 com carimbo PASSO (será nosso único precursor?). Possuímos exemplares de carimbos circulares em selos de 1894/1904, 1906/15 e 1918/20.

48) Paulo Jacinto.

Temos sobre vovó, netinha e bisneta.

49) Penedo

Paulo Ayres figura em seu catálogo com o nº 1393 o conhecido carimbo, tipo legenda com cercadura sem data, em que aparece o nome PENEDO em um oval serrilhado pela parte exterior e encontrado sobre olho-de-boi. A obra Impé-

rio do Brazil traz fotografia de um par de 90 rs. olho-de-boi com esse carimbo e Billig & Rich em um dos seus catálogos (o da 69th. Public Auction) dá a fotografia de um 30 rs., também olho-de-boi, com o mesmo carimbo. Temo-lo sobre:

1850 — olho-de-cabra:

30 rs. quadra sobre fragmento.

60 rs. Isolado sobre fragmento.

60 rs. Par sobre fragmento e em tira de 3 do 30 rs e olho-de-cabra com um 10 rs. de 1866 sobre fragmento.

Paulo Ayres inclui entre os circulares comuns, mas não figura, um carimbo de Penedo. Possuímos desta classe em selos de 1884 (com data de 12-5-90), 1889 jornais, 1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó, netinha e bisneta.

50) Piaçabuçu.

Temos, grafado Piassabussú, em selos de 1884, 1906/15, vovó, netinha e bisneta.

51) Pilar (que também teve o nome de Manguaba).

Paulo Ayres figura sob o nº 1401 legenda com cercadura sem data, em que vemos o nome PILAR em um retângulo, encontrado em selo de 1850. Temos circular comum com data, que ele não refere, sobre selos de 1884 (data de 21-3-90), 1893/1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó, netinha e bisneta. Com o nome Manguaba possuímos sobre netinha.

52) Pindoba (ex-Pindoba Grande).

Possuímos carimbos em selos de 1906/15 e da série netinha.

53) Piranhas.

Temos sobre selos de 1894/1904, 1918/20 e vovó.

54) Poço das Trincheiras.

Possuímos em selos da série netinha.

55) Porto Calvo.

Velhíssima cidade; mas onde estão os carimbos da época imperial? Temos circulares comuns sobre selos de 1894/904, 1906/15, 1918/20, vovó e netinha.

56) Porto de Pedras

Possuímos carimbos em selos vovó e netinha.

57) Porto Real do Colégio.

Paulo Ayres figura um carimbo circular comum com a data de 6-5-86. Temos em selos de 1918/20, vovó e netinha. Vimos um carimbo circular comum com data ilegível em selo de 1884 na coleção do dr. Jayme L. de Altavilla.

58) Poxim.

Possuímos em selos de 1894/1904 e vovó.

59) Quebrangulo.

(Chamada Victória de 1890 até 1928). Paulo Ayres figura sob o nº 1603 um carimbo de tipo primitivo, circular sem data, com a legenda Villa Imperial da Victoria, encontrado em selo de 1888. Será de Quebrangulo? Relaciona ainda entre os circulares comuns com data um com o nome de Quebrangulo. Temos carimbo com o nome de Victoria em selos de 1894/1904, 1918/20 e com o de Quebrangulo sobre vovó e netinha.

60) Rio Largo.

Temos carimbos em selos de 1918/20, vovó, netinha e bis-

neta.

61) Santa Luzia do Norte.

Possuímos exemplares em selos das séries vovó, netinha e bisneta.

62) Santana do Ipanema.

Temos carimbos sobre selos da série Cruzeiro (data 101-94), 1894/1904 (legenda Santana do Ipanema), 1906/15, 1918/20, netinha e bisneta.

63) São Brás.

Paulo Ayres sob o nº 1452 figura em seu catálogo um carimbo com cercadura sem data com o nome S. BRAZ, encontrado em selo de 1866. Não acreditamos que seja do nosso S. Brás. Relaciona também entre os circulares comuns com data um de S. Braz. Temos em selo netinha e bisneta

64) S. José da Laje.

Possuímos carimbos com selos das séries 1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó, netinha e bisneta. Um carimbo com a legenda Maceió S. José da Laje.

65) São Luís do Quitunde.

Temos carimbos em selos de 1894/1904, 1918/20, vovó e netinha.

66) S. Miguel dos Campos.

No catálogo da coleção J. A. de Almeida Dias, plancha 22, figura 332, está fotografado um bloco de 12 selos de 30 rs. inclinado com um carimbo do tipo legenda simples sem cercadura e sem data, em que se lê em 3 linhas: Correio da Villa—de—S. Miguel. Acreditamos que seja do nosso S. Miguel Ayres inclui nos circulares comuns, com data, um com legenda S.

Miguel. Com inscrição S. Miguel dos Campos temos selos de 1894/1904, 1906/15, 1918/20, vovó e netinha.

67) São Miguel dos Milagres.

Temos em selos de 1894/1904, netinha e bisneta.

68) Sapucaia.

Possuímos em selos das séries Cruzeiro, 1893, e vovó (data 192?).

69) Satuba.

Temos sobre netinha e bisneta.

70) Tanque d'Arca.

Possuímos em séries da série vovó.

71) Taquarana (ex-Cana Brava dos Pais).

Temos com a legenda Cana Brava em selos de 1906/15, 1918/20 e netinha; com o nome Taquarana em netinha e bisneta.

72) Traipu.

Possuímos exemplares de carimbos em selos de 1906/15, 1918/20, vovó e netinha.

73) União dos Palmares.

Era Vila Nova da Imperatriz e em 1889 recebeu o nome de União. Paulo Ayres figura um carimbo do tipo legenda com cercadura sem data, sob o nº 1318 e encontrado em selo de 1843 — olho-de-boi, em que se vê o nome IMPERATRIZ dentro de um retângulo. Não cremos que seja da nossa. Ayres inclui ainda nos circulares comuns com data um com o nome Imperatriz (será a nossa?). Possuímos carimbos em selos de

1894/1904 (já com o nome de União), 1906/15, 1918/20, vovó e netinha.

74) Urupema.

Possuímos um exemplar de carimbo sobre selo vovó.

75) Usina Brasileiro.

Temos carimbo em selos de 1906/15 e vovó (com data de 3-1-1928).

76) Usina Sinimbu.

Possuímos em selo da série vovó (data 31-3-940).

77) Utinga.

Temos sobre 1894/1904 vovó e netinha.

78) Viçosa.

Antigamente chamava-se Assembleia; em 1890 Viçosa; em 1943 de novo Assembleia e em 1949 voltou a denominar-se Viçosa. Paulo Ayres relaciona entre os circulares comuns com data um de Assembleia e Koester o figura (data 31-7-85). Temos em selos de 1894/1904, 1906/15, 1918/20 e vovó com o nome de Viçosa e sobre netinha com o de Assembleia.

Nenhuma informação possuímos sobre carimbos das seguintes agências: Anum, Azevedo Dourado (hoje Camaçari), Barra de St. Antônio, Barra de S. Miguel, Bittencourt, Boca da Mata, Campestre, Campo Grande, Canafístula, Canastra. Canudos (hoje Belém), Carneiros, Caruru, Colônia Pindorama, Costa Rego, Craíbas, Dois Riachos, Engenheiro Gordilho de Castro, Estrada Branca, Fazenda Porangaba, Feira Grande (ex-Mocambo), Feliz Deserto, Girau do Ponciano (ex-Ponciano),

Inhapi, Jacaré dos Homens, Lagoa do Rancho, Marimbondo, Messias (ex-Floriano), Minador do Negrão, Mundaú Mirim (atual Santana do Mundaú), Olho d'água do Casado, Olho d'água Grande, Olivença (ex-Capim), Ouro Branco, Palestina (ex-Roteiro), Palmeira de Fora, Pariconha, Picada, Pioca, Porto da Rua, Riacho do Sertão (hoje S. Marcos), Rua Nova, S. José da Tapera, São Sebastião (ex-Salomé), Saúde, Serre Grande, Tabuleiro dos Martins e Tatuamunha.

Agências suprimidas.

a) Branca

Koester dá fotografia de carimbo circular, legenda Branca (Alagoas) com data de 17-6-87.

b) Gameleira.

Temos carimbos em selos das séries Tintureiro, 1894/1904 e vovó (data 16-7-927).

c) Lourenço de Albuquerque.

Possuímos carimbos em selos 1894/1904, 1906/15 (data 28 1-914), 1918/20 e vovó (data 1933).

d) Nicho.

Temos carimbo em selos de 1894/1904 (com a inscrição Pov do Nicho-Alagoas. Pov. será povoação ou povoado? e vovó data 7-12-1931).

e) Riacho Doce.

Temos em selo vovó (datado de 25-11-1932).

f) Roçadinho.

Possuímos em selos de 1906/15, 1918/20 (com data de 21-6-1919).

g) São José do Bolão.

Temos carimbos em selos de 1894/1904.

Não temos qualquer informação sobre carimbos das seguintes agências: Barra Grande, Bom Jardim, Casa Branca, Entre Montes, Ingazeira, Itamaracá, Jundiá, Santa Efigênia, Santo Antônio da Boa Vista e São Bernardo.

Correio ambulante.

Do correio ambulante temos os seguintes carimbos:

Selos das séries de	Legenda	Data dos carimbos
1894/1904	C. Amb. Alagoas (Fluvial)	diversos
1894/1904	C. Amb. Alagoas (Terrestre)	diversos
1894/1904	Amb. Terr. Ramal (Alagoas)	diversos
1894/1904	Amb. Terr. L. Principal (Alagoas)	diversos
1906/15	Amb. Terr. Expr. (Alagoas)	8-11-1907
1906/15	Amb. Terr. Ramal (Alagoas)	12- -1912
1906/15	Amb. Terr. L. Principal (Alagoas)	22-11-1907
Vovó	Amb. Terr. Ramal (Alagoas)	13-2-1923 ou 28
Vovó	Amb. Terr. Ramal (Alagoas)	1934



Aqui finalizamos e vamos aguardar as correções, informações, carimbos, selos e todo e qualquer outro elemento que possa contribuir para melhor esclarecimento da história postal alagoana, de que os nossos leitores, se acaso os houver, disponham e hajam por bem nos enviar.

Cometeríamos flagrante injustiça se não citássemos os nomes do Prof. Dr. Jaime de Altavila, presidente do Instituto Histórico de Alagoas; do Dr. Moacir Santana, diretor do nosso Arquivo Público; do Dr. Jayme Lustosa de Altavilla, diretor da Biblioteca Pública, e do Dr. José Ribeiro, alto funcionário da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em nosso Estado, que nos facilitaram, franca e cordialmente o acesso a tudo quanto nos poderia ser de proveito na elaboração destas notas e existente em suas respectivas repartições. A eles a nossa gratidão sem limites.

Muitos outros, cujos nomes seria exaustivo citar, encorajaram-nos com sua gentileza e boa vontade. A todos o nosso: obrigado!

ADENDA

Estava este trabalho completo quando obtivemos informações de grande valor que não mais poderíamos incluir no texto sem que o tivéssemos de alterar em vários pontos. Daí a razão de ser desta adenda.

Colhemos as aludidas informações no opúsculo Atividades Parlamentares, do deputado Oséas Cardoso, editado pelo Departamento de Imprensa Nacional, sob a égide da Câmara dos Deputados, em 1966 e que o autor vem de nos ofertar. Na página 37 encontramos a resposta de um pedido de informações daquele parlamentar e na qual o Diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos escreve, em 28-1-1965:

“Quesito I — Que municípios no Estado de Alagoas dispõem de Agências Postais-Telegráficas (APT)?

Resposta — Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Capela, Colônia Leopoldina, Delmiro Gouveia, Igreja Nova, Jaraguá-Mirim, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Maragogi, Mata Grande, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos índios, Pão de Açúcar, Paulo Jacinto, Passo de Camaragibe, Penedo, Pilar, Piaçabuçu, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, Quebrangulo, São José da Laje, São Luís do Quitunde, São Miguel dos

Campos, Santana do Ipanema, Traipu, União dos Palmares, Viçosa.

Quesito II — Que municípios ou distritos dispõem de Agências Postais (AP) no Estado de Alagoas?

Resposta — Alecrim, Água Branca, Canafístula, Canapi, Caruru, Carneiros, Estrada Branca, Maribondo, Olhos d'água do Casado, Olivença, Picada, Paripueira, Rio Largo, Jacuípe.

Quesito III — Quais as localidades no Estado de Alagoas que dispõem de Postos de Correio?

Resposta — A rigor, não existem mais Postos de Correio no Estado de Alagoas. Assim é que:

19 foram transformados em agências;

1 fechado provisoriamente (Lagoa do Rancho — M. de Arapiraca;

1 não instalado (Carrapato — M. de Maceió);

6 suprimidos.”

Uma comparação com o nosso capítulo VIII, item c, em que tratamos de nossas agências, é proveitosa.

Reprodução a partir do original publicado na Revista do Instituto Histórico de Alagoas, volume XXVIII, impressa em 1969, mas referente ao ano anterior.

